

A large circular graphic on the left side of the page. It features a thick teal outer ring and a dark blue inner ring. Inside the inner ring is a white line-art illustration of a modern building with multiple floors and windows, set against a dark blue background with a few small white stars.

RELATO INTEGRADO 2021

HOME E SETAS

Clique no ícone para retornar ao sumário e navegue pelas páginas por meio das setas

MENU

Navegue pelos capítulos pelo menu superior

**Como navegar
pelo documento**

RELATO INTEGRADO 2021

Sobre este Relato

O presente Relatório de Gestão visa demonstrar, esclarecer e justificar os resultados alcançados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe - CRCSE, frente aos projetos e metas estabelecidas para 2021. É inegável que a pandemia, decorrente do novo coronavírus (Covid-19), gerou grandes impactos sociais e econômicos na vida da população brasileira e, dentro deste processo de adaptação, o CRCSE continuou a zelar pela saúde dos colaboradores e conselheiros, bem como buscou o aprimoramento e o auxílio constante à classe contábil no cumprimento de seu papel essencial, contribuindo para a retomada do desenvolvimento socioeconômico do país. As mudanças ocasionadas neste período, fomentaram uma nova forma de trabalhar, ampliando eventos e reuniões em formato virtual, potencializando os canais de comunicação (mídias sociais) e aprimorando as abordagens sistemáticas sobre governança, proteção de dados e segurança da informação. Assim, este relatório constitui uma importante ferramenta de accountability, tendo em vista que tornam públicas as ações adotadas pelo CRCSE, diante dos desafios enfrentados, indicando, ainda, as estratégias da governança e da alocação de recursos para os resultados alcançados, bem como as justificativas para os objetivos e as metas não atingidos. Os dados e as informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021, buscando sempre a confiabilidade e a completude das informações, por meio de uma linguagem de fácil compreensão.

Uma excelente leitura a todos!



Layana Tyara Campos Dertônio

Diretora Executiva

Sumário

Clique e navegue pelos capítulos

Mensagem do Presidente

• Quem Somos	5
--------------------	---

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

• O CRCSE.....	7
• Ambiente Externo.....	8
• Principais canais de comunicação com a sociedade.....	9
• Cadeia de Valor.....	10

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

• Fluxo de Operacionalização.....	12
-----------------------------------	----

Governança, Estratégia e Desempenho

• Estratégia	15
• Governança	16
• Lei Geral de Proteção de Dados	19
• Plano Anual de Contratações	20
• Alocação de recursos	21
• Gestão de Pessoas	29
• Gestão de Licitações e Contratos	31

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

• Declaração do Contador	34
• Gestão Orçamentária e Financeira	35
• Gestão Patrimonial e Infraestrutura	37
• Gestão de Custos	38
• Balanço Patrimonial	39
• Balanço Financeiro	40
• Demonstração das Variações Patrimoniais.....	40
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	40
• Balanço Orçamentário	41
• Restos a Pagar Processados.....	42
• Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	42
• Notas Explicativas.....	43

Mensagem do Presidente

Iniciamos mais um ano mergulhados na incerteza, uma vez que a crise pandêmica iniciada no ano anterior, que tanto afetou as nossas vidas e, mais de perto, a atuação do nosso CRC, persistiu e atingiu o seu auge em 2021, com o número de pessoas infectadas e mortas alcançando patamares assustadores.

Se em 2020 tivemos que nos redescobrir, trabalhando a maior parte do tempo de forma remota, implantando novas ferramentas de interação com os profissionais e realizando eventos de forma virtual, neste ano aprendemos a conviver com a pandemia e as restrições que ela nos impôs.

É nesse cenário que a contabilidade, fazendo jus a sua história, mais uma vez renasce e consolida a sua importância no cenário nacional, uma vez que passamos por uma verdadeira prova de fogo desde o início da crise.

Ainda que pudéssemos retornar gradativamente as nossas atividades presenciais, agora com todo o rigor sanitário recomendado e determinado pelas autoridades, a verdade é que 2021 foi o ano da redenção da classe contábil brasileira, pois mesmo com as adversidades, colhemos os frutos plantados durante o primeiro ano de pandemia, especialmente em relação aos mais destacados espaços alcançados junto ao poder público no que diz respeito ao protagonismo que tivemos durante a crise.

Tudo isso fez do profissional da contabilidade um dos atores principais no cenário econômico nacional, seja na participação das discussões relacionadas diretamente a nossa profissão junto ao poder público, ou até mesmo perante

os nossos clientes e à sociedade, que viram na nossa expertise a luz para sair, com segurança, do túnel escuro em que mergulhou o mundo dos negócios no ano anterior.

O CRCSE, como órgão máximo da contabilidade sergipana, continuou o seu propósito elementar de registrar e de fiscalizar o exercício da profissão contábil em nosso estado, além promover a capacitação aos profissionais de Sergipe.

Na área de Registro, destacamos o esforço empreendido para ampliar o número de registros ativos, bem como as parcerias com instituições de ensino superior no sentido de conscientizar o estudante a buscar a regularização junto ao CRC após a conclusão do curso. E o resultado é que terminamos o ano com saldo positivo entre os ingressos e as baixas de registros profissionais, além de um aumento no número de registros de empresários contábeis.

Em relação à Fiscalização, também procuramos conviver com as restrições da pandemia, porém com o retorno gradual de ações fiscalizatórias, a exemplo do combate ao exercício ilegal da profissão e do aviltamento de honorários, além de medidas de proibição de propaganda enganosa e ilegal. Com isso, fechamos o exercício atingindo as metas de fiscalização determinadas pelo CFC, inclusive a principal delas, que foi a de proteger o profissional da contabilidade de Sergipe e atenuar as consequências advindas da pandemia.

No tocante à Educação Continuada, prosseguimos com a promoção de diversos eventos virtuais colocados à disposição do profissional,



Contador Vanderson da Silva Melo
Presidente do CRCSE

a exemplo de lives, minicursos e seminários, com temas de interesse da profissão. Com a flexibilização das restrições para a realização de eventos, fechamos o ano com a realização, de forma presencial, da II Convenção Sergipana de Contabilidade, cujo conteúdo técnico e motivacional, bem como o nível dos palestrantes que aqui estiveram, colocaram o evento como o maior da história de Sergipe.

As ações administrativas e de gestão também merecem ser destacadas nesse ano de 2021, onde procuramos, com o auxílio do CFC, renovar o nosso parque de informática, inclusive com a aquisição de um novo servidor, além de disponibilizar melhorias para o nosso corpo funcional, a exemplo da implantação da Sala de Convivência e da contratação de um plano odontológico. Além disso, como resultado de uma gestão financeira austera e responsável,

fechamos o exercício com um resultado altamente superavitário, o que proporcionará a adoção de mais ações de interesse da classe contábil nos próximos exercícios.

Neste contexto, o Relatório Integrado 2021, procura trazer, de forma real e sistematizada, abrangendo todas as áreas de atuação do CRCSE, a visão geral e organizacional do Regional no exercício de 2021, além do seu funcionamento, os riscos, oportunidades, perspectivas e as ações de governança institucionais aplicadas na gestão da alocação dos recursos públicos, comprovados através de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, respeitando a transparência e a boa governança pública.

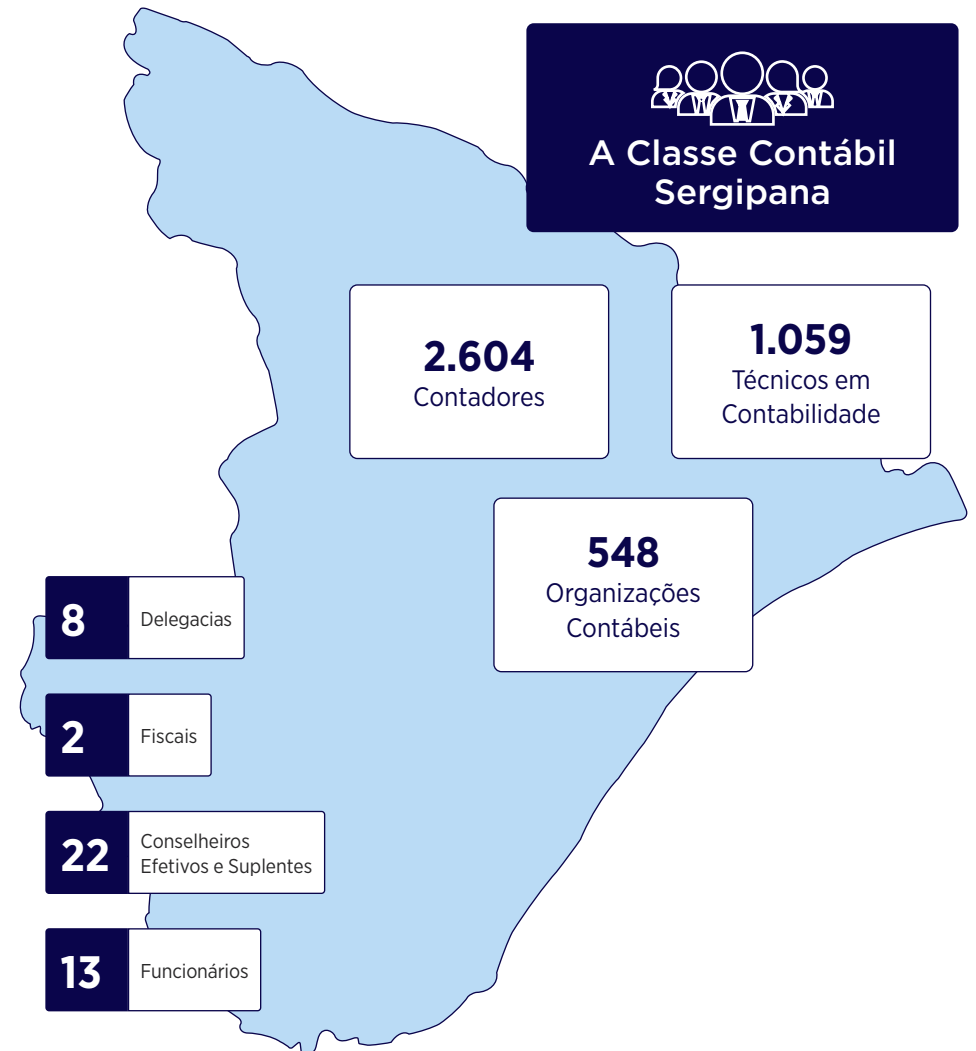
Por fim, enfatizamos que o CRCSE, mesmo durante a crise, através da participação de todos os conselheiros e o apoio do nosso corpo funcional, jamais deixou de envidar esforços no sentido de sempre estar ao lado dos profissionais de contabilidade do Estado de Sergipe nas demandas da sua competência.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vanderson'.

Contador Vanderson da Silva Melo
Presidente do CRCSE

Quem somos

Números do CRCSE





Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

O CRCSE

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe é uma Autarquia Especial Corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado e regido por legislação específica, Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei 12.249/2010.

Sua estrutura, organização e funcionamento são regulamentados pela Resolução CRCSE n.º 528/2019 que aprovou o Regimento Interno do CRCSE.

O Plenário da entidade é integrado por 12 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, nos termos do Decreto-Lei n.º 1.040/1969, alterado pela Lei n.º 11.160/2005 e pela Lei n.º 12.932/2013.

São funções do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

- Registrar, orientar, fiscalizar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado de Sergipe.
- Promover a Educação Continuada,
- Executar projetos de interesse social e profissional, de maneira a melhor encaminhar as soluções de problemas referentes à profissão contábil e alcançar objetivos relacionados com o aprimoramento técnico, educacional e cultural da classe contábil.

Principais normas da entidade

[clique e leia](#)

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

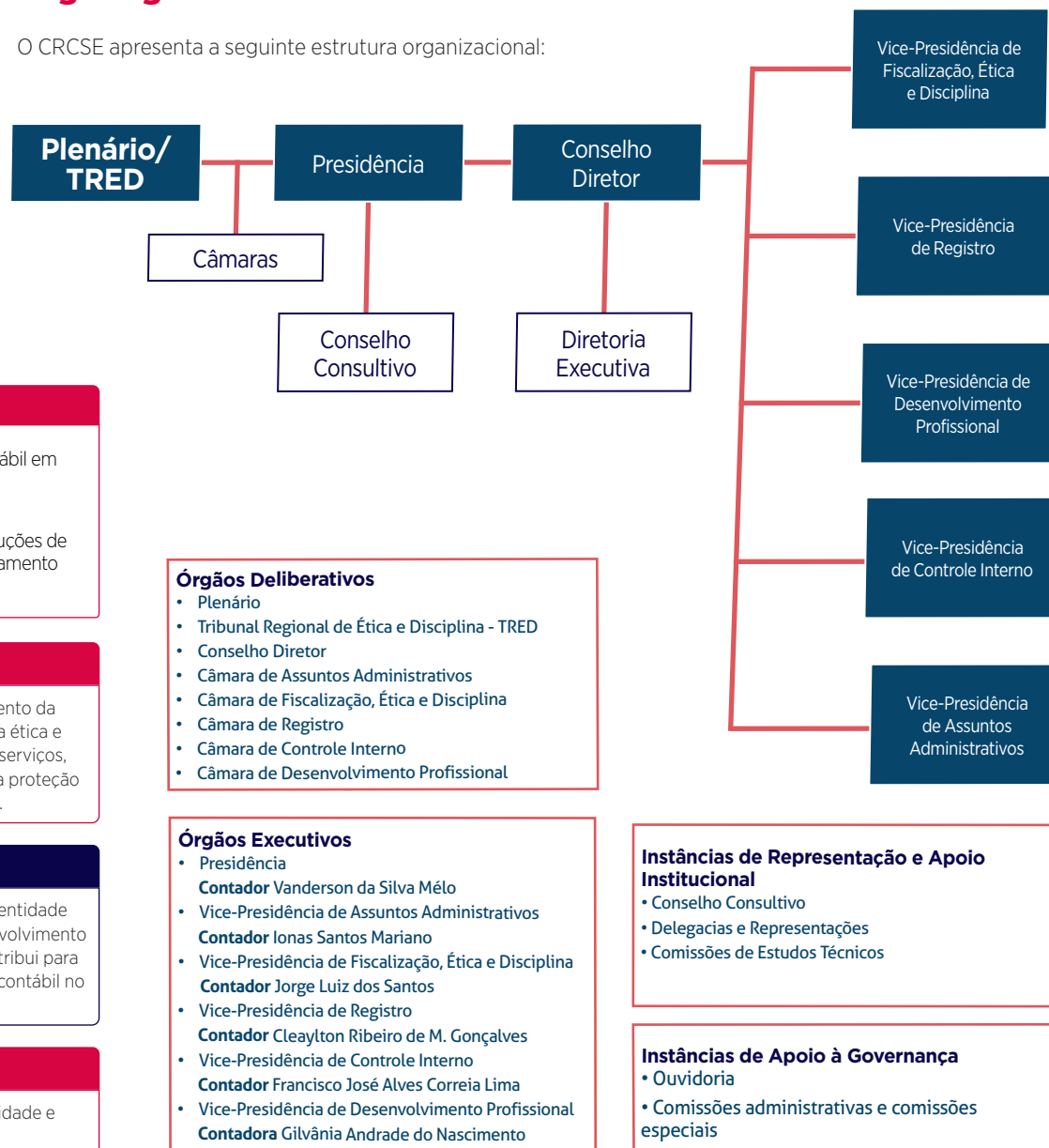
Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

Organograma

O CRCSE apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Ambiente Externo

Mitigar os impactos resultantes da pandemia de Covid-19 e ajudar na recuperação econômica e social do Brasil. Entre tantas missões da classe contábil brasileira, esta foi a principal delas no ano de 2021. Após bruscas adaptações e ações imediatistas necessárias em 2020, desta vez, os profissionais da contabilidade, conscientes da responsabilidade que possuem para o desenvolvimento sustentável do País, promoveram papéis mais estratégicos para driblar a crise econômica e sanitária exercendo a essencialidade da classe contábil no estudo, interpretação, aplicação e gestão de todos os normativos criados durante a pandemia.

Nesse novo cenário, as questões ligadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e às melhores práticas de governança tornaram-se primordiais para o sistema CFC/CRCs. E como resultado das ações planejadas no início do ano, chegamos ao final de 2021 garantindo índices altamente gratificantes, como, por exemplo, a classificação em 1º lugar do CFC na avaliação do Tribunal de Contas (TCU) sobre Governança Pública entre os conselhos federais de profissões regulamentadas; a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Cientes de que a pandemia ainda não estava superada e continuava a fazer vítimas por todo o planeta e impactar o cenário econômico mundial, já no primeiro semestre do ano, o sistema CFC/CRCs trabalhou para a prorrogação de diversos prazos de entregas de documentos, tais como, da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) (Ofício CFC-Direx nº 251/2021); da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) (Ofício CFC-Direx nº 291/2021); da transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) (Ofício CFC-Direx nº 648/2021); da prorrogação do prazo

de envio de prestação de Contas Eletrônica Municipal – Movimentos M12-2020, M13-2020, M14-2020, M01-2021 e M02-2021, dos Relatórios da LRF - 2020 e do RREO 1º Bimestre 2021 (Ofício CRCSE-Direx 046/2021)

Além disso, o sistema CFC/CRCs intensificou um programa para que os profissionais e as organizações contábeis pudessem regularizar suas situações com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Durante o ano, foram publicadas diferentes resoluções que trataram do Regime de Parcelamento de Créditos de Anuidades e Multas (Redam). As publicações davam à classe a possibilidade de parcelamento de débitos, ampliação de prazo de pagamento, assim como a redução sobre multa de mora e juros.

Com a finalidade de reduzir os impactos sociais gerados pelo novo coronavírus, o Programa Pátria Voluntária e a Fundação Banco do Brasil desenvolveram uma campanha de arrecadação de doações voltadas para organizações sociais. Para somar forças à ação, o Programa de Voluntariado da Classe Contábil tornou-se parceiro do projeto, contribuindo para ampliar o volume de doações arrecadadas. Em Sergipe o PVCC continuou sua brilhante atuação realizando diversas ações em prol da sociedade, sendo destaque entre elas a “Campanha Destinar”.

No âmbito da educação profissional continuada, o CFC, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), lançaram o programa Contador Parceiro: Construindo o Sucesso, oferecido gratuitamente e disponibilizado na modalidade de ensino à distância (EaD). O objetivo é oferecer aos profissionais da contabilidade possibilidades para a ampliação de habilidades de gestão e o fortalecimento do perfil mais estratégico e consultivo do contador.

Aqui em Sergipe foi realizada a 2ª Convenção Sergipana de Contabilidade, no período de 11 a 13 de novembro, evento que teve um público de 186 pessoas, dos quais 132 eram profissionais da contabilidade.

No âmbito internacional, o Sistema CFC/CRCs esteve junto dos órgãos internacionais, como, por exemplo, da Federação Internacional de Contadores (Ifac) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), trocando experiências para o enfrentamento da crise econômica mundial.

No ano em que se comemorou os 75 anos de criação do Sistema CFC/CRCs, as entidades exerceram um papel essencial aos profissionais da contabilidade para que eles pudessem garantir a saúde financeira das empresas e a assertiva gestão dos recursos públicos. Prova disso está no balanço das atividades do Ministério da Economia, divulgado no dia 17 de dezembro, que já mostrou expressiva recuperação econômica e a retomada dos empregos.

De acordo com a pasta, ao longo de 2021, a economia mostrou continuidade de recuperação. Notou-se o bom resultado da atividade no acumulado do ano, crescendo 5,7% até o terceiro trimestre de 2021, ante o mesmo período do ano anterior. O destaque são os serviços que têm se recuperado consistentemente à medida que diminuem as restrições de mobilidade social e melhora a confiança de empresários e de consumidores, em grande parte devido à expansão da vacinação em massa. No tocante ao mercado de trabalho, destacou-se que, no terceiro trimestre de 2021, foram criadas 3,6 milhões de vagas de trabalho, ou seja, houve aumento, em média, de 1,2 milhão de postos de trabalho por mês.

Esses últimos dois anos foram absolutamente incomuns, pois não tínhamos um outro refe-

rencial para sabermos como lidar com um momento tão singular. O que nos conforta é que, no período, apesar das turbulências, alcançamos inúmeras vitórias, quando obtivemos resultados bastante satisfatórios, especialmente no quesito “cumprimento das metas”.

Conscientes de nossa responsabilidade no sentido de assegurar o exercício da profissão, buscamos junto às autoridades federais, estaduais e municipais, a adequação de prazos para cumprimento das obrigações acessórias, além de promover a orientação à classe sobre as medidas emergenciais adotadas pelo governo para salvar as empresas. Soubemos driblar a crise sanitária e chegar ao final de 2021 com a sensação do dever cumprido.

Se antes não tínhamos parâmetros para visualizar as dificuldades oriundas de um momento tão difícil, hoje temos certo know how para entendermos que somente com a união de esforços é que conseguimos ser mais fortes. E isso foi suficiente. Unimos a força do Sistema CFC/CRCs com a das entidades parceiras e garantimos a nossa governabilidade.

Mesmo com as perdas e dificuldades familiares que muitos enfrentaram, conseguimos atravessar os obstáculos e atingimos nossas metas e cumprimos, com o nosso maior empenho, as diretrizes traçadas para o biênio garantindo o êxito da gestão e, por extensão, aos mais de 3600 profissionais, registrados em Sergipe que não arredaram de seu compromisso maior de contribuir com o desenvolvimento do nosso país por meio do nobre trabalho contábil.

Principais canais de comunicação com a sociedade

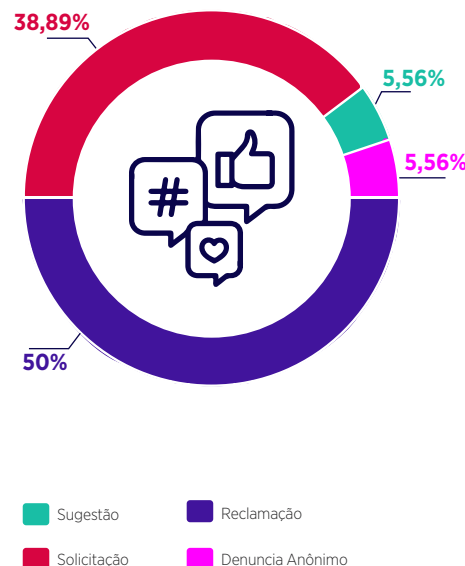
Ser transparente em suas ações é um dever que o Sistema CFC/CRCs tem para com os profissionais da contabilidade e com a sociedade em geral. De forma organizada e conjunta, o trabalho desenvolvido pelo Sistema possibilita um efetivo controle social por parte dos profissionais e cidadãos que utilizam os serviços contábeis. Este trabalho inclui a Ouvidoria, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e o Portal da Transparência e Prestação de Contas.

Ouvidoria

Espaço de diálogo com a sociedade para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, que permite ao CRCSE atuar de forma mais eficiente, elevando a qualidade de atendimento e melhorando os processos e serviços da entidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e em busca da satisfação do usuário, a Ouvidoria trabalha em conjunto com as áreas do CRCSE para a emissão de respostas objetivas, diretas e precisas, atentando-se a resolver a demanda no menor tempo possível e dando solução ao usuário.

Mais informações [acesse](#)



Portal da Transparência e Prestação de Contas

Modalidade de transparência ativa

Canal de comunicação para disponibilizar dados e informações públicas do Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e a sociedade brasileira. Para garantir maior transparência dos atos de gestão praticados pelo CRCSE, o Portal da Transparência passa por constantes melhorias. Em 2021, novas práticas foram adotadas para atendimento da [IN-TCU n.º 84/2020](#).

Mais informações [acesse](#)

1.503

acessos em 2021



ASSUNTOS MAIS ACESSADOS EM 2021

Quadro de Pessoal	39,85%
Diárias e Passagens	9,38%
Demonstrações Contábeis e Prestação de Contas	8,38%
Atos Normativos	7,58%
Programas, Projetos, Metas e Resultados	7,05%

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Modalidade de transparência passiva

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCSE para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso à Informação. O sistema centraliza as entradas e saídas de todos os pedidos de acesso dirigidos ao Sistema CFC/CRCs com a finalidade de organizar e facilitar os procedimentos de acesso à informação aos cidadãos.

Mais informações [acesse](#)

2021

02 Pedidos
00 Recursos

Comunicação Institucional

f **3.280** seguidores

ig **5.487** seguidores

tw **1.651** seguidores

yt **300** seguidores



56 262

Acessos ao portal do CRCSE

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Sistema CFC/CRCs representa os quatro pilares da Lei de Regência - registrar, orientar e normatizar, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação eontinuada dos profissionais da contabilidade - e a forma como esses se inter-relacionam para gerar e entregar valor à sociedade, cumprindo-se, assim, a sua missão.





Riscos, Oportunidades e Perspectivas

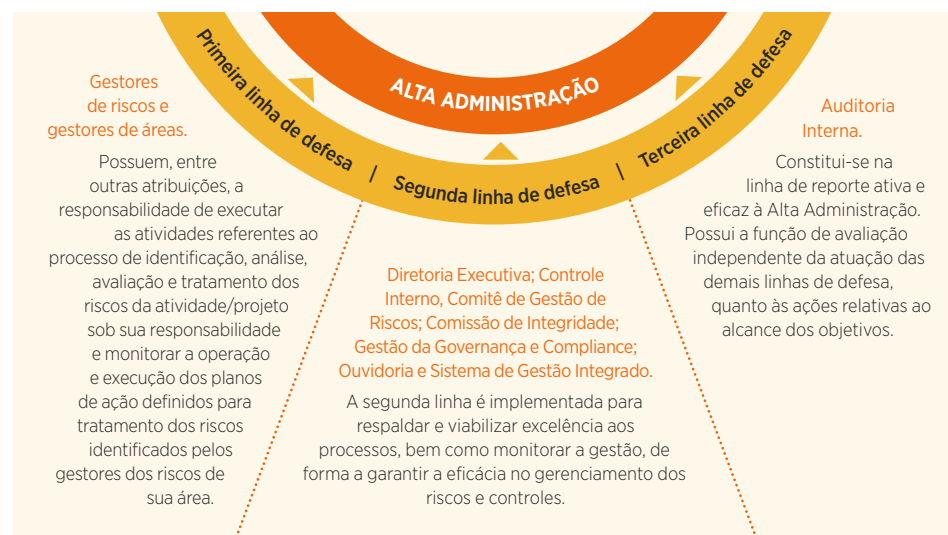
Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Para o CRCSE, a busca por entender quais são os riscos associados ao desenvolvimento de suas atividades e projetos é imprescindível para o sucesso e o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Dessa forma, as diretrizes do processo de gestão de riscos foram estabelecidas pela Resolução CRCSE nº 536/2019, que institui a Política de Gestão de Riscos e pela Resolução CRCSE nº 537/2019, que define o Plano de Gestão de Riscos. Enquanto a Política tem a finalidade de estabelecer os princípios, as diretrizes e as responsabilidades a serem observados no pro-

cesso de gestão de riscos, o Plano detalha a metodologia, descreve os procedimentos a serem utilizados, os conceitos, os papéis e instrui as diretrizes de monitoramento e comunicação aos eventos de riscos identificados, sempre com vistas à concretização dos objetivos estratégicos, ao melhor uso de recursos e à maior eficiência no desempenho das ações institucionais.

Considerando as camadas de controle estabelecidas pelo CRCSE na identificação, resposta, controle e monitoramento dos riscos, o modelo de gestão de riscos do CRCSE está disposto de acordo com o seguinte diagrama:



O Comitê de Gestão de Riscos do CRCSE foi reestruturada pela Portaria CRCSE n.º 039/2021 e, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de orientar os gestores

de riscos no levantamento e na execução da Gestão de Riscos, propondo os ajustes e medidas preventivas e proativas necessárias para otimização do processo.

Fluxo de Operacionalização

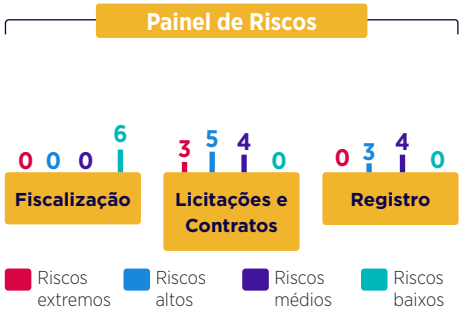


Após o estabelecimento do contexto das etapas que constituem o processo de avaliação de riscos e de definição do melhor tratamento a ser adotado, as fases de monitoramento e comunicação se configuram como etapa contínua, que ocorre durante todos os estágios do Processo de Gestão de Riscos, uma vez que asseguram o acompanhamento dos eventos de risco, suas alterações, sucessos e fracassos e possibilitam o ajuste da resposta e dos planos de ação.

Assim, com o monitoramento, todos os riscos que são classificados como altos e extremos, além dos riscos de integridade, recebem acompanhamento especial do Conselho Diretor do CRCSE. Como são considerados riscos mais sensíveis ao alcance dos objetivos, o monitoramento mensal permite acompanhar de modo mais preciso a execução do tratamento definido e se este está obtendo a eficácia necessária para sua mitigação.

Nesse sentido, é fundamental que todo o corpo diretivo e funcional esteja alinhado com as diretrizes do processo de gestão de riscos e coloque em prática sua execução no âmbito das atividades e processos desenvolvidos, pois a aplicação correta, estruturada e sistemática da gestão de riscos proporciona razoável segurança na conquista dos objetivos; na tomada de decisões; no planejamento das atividades; na redução das perdas e custos; na eficiência operacional; no uso dos recursos e, consequentemente, na melhoria da prestação do serviço.

Em 2021, dada à reestruturação do corpo funcional do CRCSE, iniciou-se um novo mapeamento dos riscos dos setores, sendo finalizados as Matrizes do Setor de Compras, do Setor de Fiscalização e Registro. Tais matrizes de riscos foram elaboradas com a finalidade de identificar os eventos que pudessem comprometer o alcance dos objetivos de cada normativo ou sua implantação, bem como estabelecer as melhores estratégias para minimizar sua eventual ocorrência e/ou impacto.



Principais riscos e oportunidades

Eventos de Risco	Categoria do Risco	Risco Residual	Resposta	Plano de Ação
Não cumprimento do prazo julgamento processo defesa - Res. CFC 1603/2020	Estratégico	Risco Baixo	Aceitar	Manutenção dos controles existentes
Não atendimento aos procedimentos de fiscalização determinados no Manual de Fiscalização	operacional	Risco Baixo	Mitigar	Capacitação funcionários, cursos EAD e presenciais
Não cumprimento do plano de trabalho	Estratégico	Risco Baixo	Aceitar	Manutenção dos controles existentes
Indisponibilidade do sistema Fiscalização Eletrônica e SPW	Reputação	Risco Baixo	Compartilhar	Acionar a Assessoria de Tecnologia da Informação para buscar meios para restabelecimento dos serviços e/ou encontrar soluções alternativas. Acionar o Fiscal do Contrato para adotar medidas junto ao contratante.
Aplicação de penalidade incorreta no julgamento dos processo	Reputação	Risco Baixo	Aceitar	Manutenção dos controles existentes

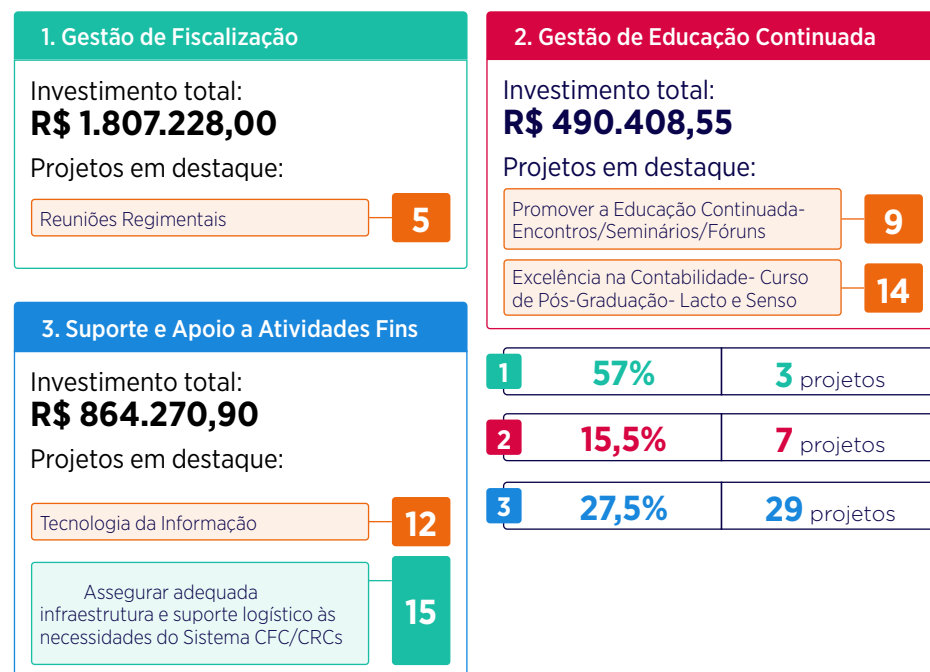




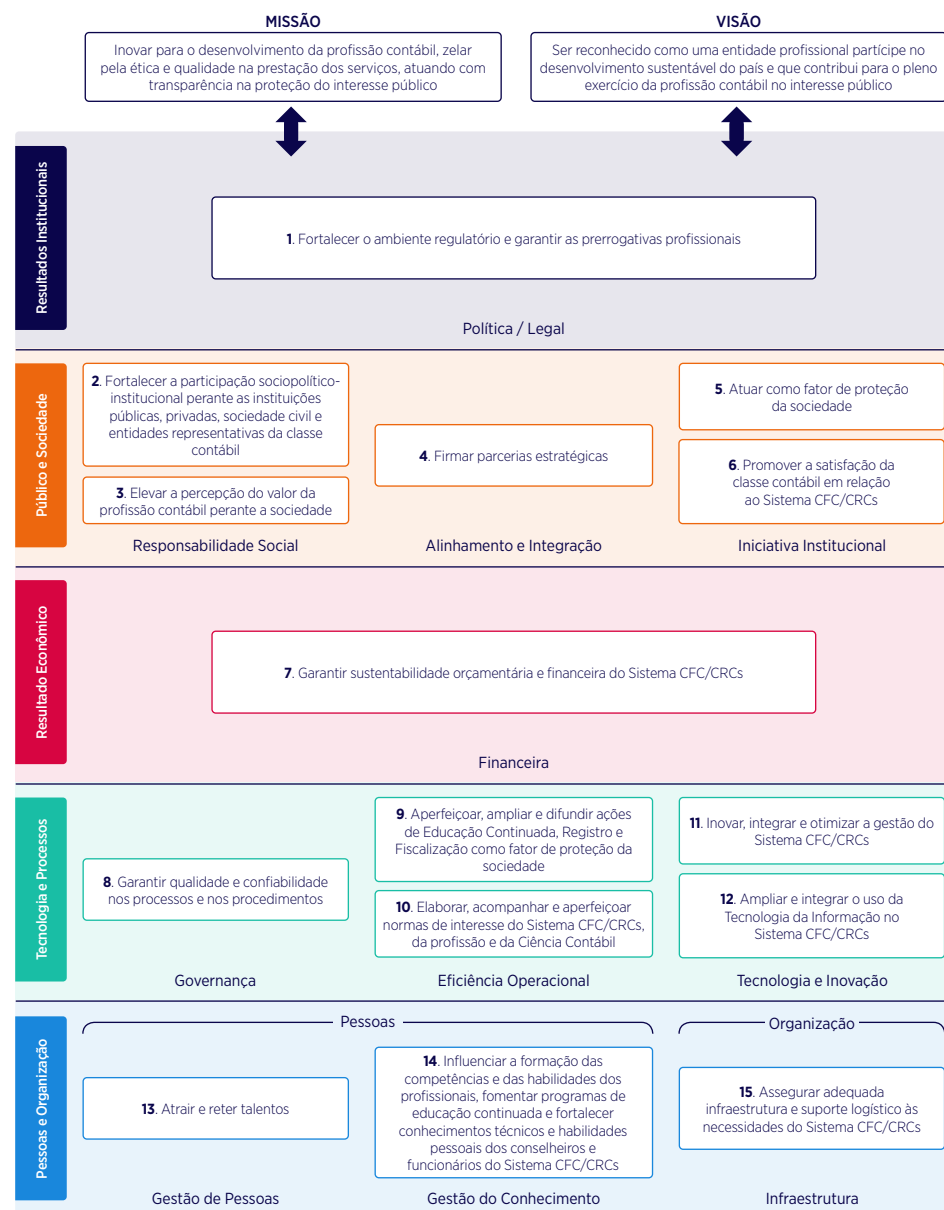
Governança, Estratégia e Desempenho

Estratégia

O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para o decênio 2018/2027 foi aprovado pela Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018, o qual encontra-se representado em seu mapa estratégico e cujo monitoramento é realizado por meio do Sistema de Gestão por Indicadores (SGI). Por meio dos 35 indicadores estabelecidos no manual SGI, são realizados o acompanhamento das ações planejadas para os projetos/atividades e a mensuração dos resultados obtidos.



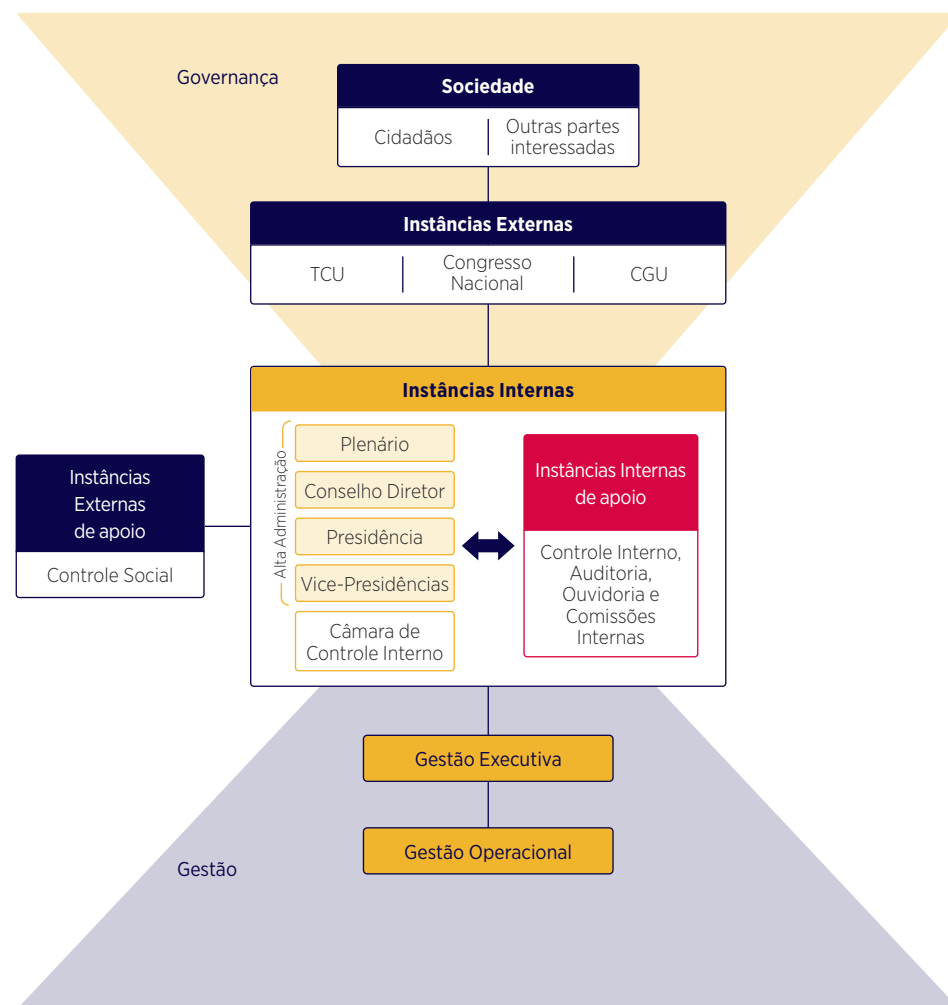
Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Governança

A Governança do Sistema CFC/CRCs está normatizada pela Resolução CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018, que definiu a estrutura de organização da Governança do CFC e a estrutura mínima a ser seguida pelos CRCs.

No CRCSE, a Governança compreende a seguinte estrutura:



No ano de 2021, a Comissão de Integridade, Gestão da Governança e Compliance do CRCSE, instituída pela Portaria nº 038/2021, executou diversas ações em desenvolvimento às atividades de governança no CRCSE.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> Realização de 4 de reuniões, com a finalidade de conferir o desenvolvimento e os resultados das ações de governança promovidas no Regional;
<ul style="list-style-type: none"> Resposta ao Perfil de Governança e Gestão Públicas – Ciclo 2021 – do Tribunal de Contas da União;
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de campanha de comunicação interna e envio periódico de cards informativos elaborados pelo CFC com esclarecimentos sobre Governança, Gestão de Riscos, Conduta, Integridade e Transparência;
<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento das medidas de combate e controle do coronavírus na sede do CRCSE;
<ul style="list-style-type: none"> Atualização da linha do tempo com os normativos aprovados em 2021;
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção das informações atualizadas no menu Governança do portal do CRCSE;
<ul style="list-style-type: none"> Realização de capacitação pelos integrantes da Comissão e demais colaboradores do CRCSE.

Para conhecer a Linha do Tempo da Governança no CFC [acesse](#)

Além das ações citadas, a comissão também promoveu a atualização das ações do CRCSE referentes aos componentes dos mecanismos de governança, liderança, estratégia e controle.

O quadro a seguir demonstra o atendimento às práticas de Governança do Sistema CFC/CRC's:

Mecanismo Liderança	Prática	Ato normativo	RGB 2.0 (2014)
	Estabelecer o modelo de governança	• Resolução CFC nº 1543/18	L3.2
		• Decreto-Lei nº 1.040/69	L3.3
		• Portaria CFC nº 277/21	
	Promover a integridade	• Resolução CFC nº 1.528/17 e 1.532/17	L3.4
		• Portaria CFC nº 263/20	
		• Resolução CRCSE nº. 543/2020	L2.1
Mecanismo Estratégia	Promover a capacidade da liderança	• Portaria CRCSE nº. 059/2019	L2.2
		• Portaria CRCSE nº. 038/2021	
		• Portaria CRCSE nº. 042/2021	
	Gerir riscos	• Resolução CFC nº. 1.608/20	L1.1
		• Resolução CFC nº. 1.536/17	
		• Portaria CRCSE nº. 053/2021	L1.4
Mecanismo Controle	Garantir a accountability	• Portaria CRCSE nº. 056/2020	
	Promover a gestão estratégica	• Resolução CRCSE nº 548/2019	C1.1
		• Resolução CRCSE nº 536/2019	
		• Resolução CRCSE nº 537/2019	
	Estabelecer a estratégia	• Resolução CRCSE nº. 536/2019	C1.2
		• Resolução CRCSE nº 537/2019	
	Monitorar o alcance dos resultados organizacionais	• Plano de Trabalho do CRCSE	E1.4
		• Relatório de Gestão	
Mecanismo Liderança	Avaliar a satisfação das partes interessadas	• Resolução CFC nº. 1.543/18	E2.1
		• Resolução CFC nº. 1.543/18	
		• Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	Resolução CFC nº 1.543/18
	Promover a gestão estratégica	• Resolução CFC nº. 1.543/18	
		• Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	L3.1
		• Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício	
	Monitorar o desempenho das funções de gestão		E2.3

Mecanismo Liderança	Prática	Ato normativo	RGB 2.0 (2014)
	Promover a transparência	• Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC nº. 1.439/13	E1.2
		• Plano de Trabalho do CRCSE	E1.4
		• Relatório de Gestão	
	Garantir a accountability	• Resolução CFC nº. 1.439/2013	C3.1
		• Resolução CFC nº. 522/2019	
	Avaliar a satisfação das partes interessadas	• Resolução CFC nº 1.612/21	E1.3
		• Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	
Mecanismo Controle	Avaliar a efetividade da auditoria interna	• Plano de Trabalho do CRCSE	E1.4
		• Relatório de Gestão	
	Promover a gestão estratégica	• Resolução CFC nº. 1.439/13	C3.2
		• Resolução CFC nº. 1.463/14	
		• Resolução CFC nº. 1.523/17	
	Estabelecer a estratégia	• Resolução CRCSE nº. 479/2015	C3.4
		• Portaria CRCSE nº. 040/2021	
		• Portaria CRCSE nº. 019/2020	
	Monitorar o alcance dos resultados organizacionais	• Resolução CFC nº 1.612/21	E1.3
		• ndicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	
Mecanismo Estratégia	Avaliar a satisfação das partes interessadas	• Plano de Trabalho do CRCSE	E1.4
		• Relatório de Gestão	
	Promover a gestão estratégica	• Resolução CFC nº. 1.543/18	C3.3
		• Resolução CFC nº. 1.101/07	
		• Resolução CFC nº. 1.612/21	L3.5
	Monitorar o desempenho das funções de gestão	• Resolução CRCSE nº. 548/2019	C2.1
		• Resolução CFC nº. 1.604/20	C2.2
		• Resolução CRCSE nº. 479/2015	
	Estabelecer a estratégia	• Resolução CFC nº. 1.549/18	C2.3
		• Indicadores da Qualidade.	

Em relação ao resultado do Perfil de Governança e Gestão Públicas – Ciclo 2021, publicado no Acórdão TCU 2164/2021 – Plenário, o CFC foi classificado em 1º lugar na categoria de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, de acordo com a avaliação do TCU.

A análise evidenciou que os processos desenvolvidos pelo sistema CFC/CRCs referentes à governança são considerados aprimorados, demonstrando resultados positivos nos índices de gestão de contratações, gestão orçamentária, nas capacidades de liderança, estratégia e controle.

De acordo com os mecanismos de liderança, estratégia e controle, foram avaliadas as práticas que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.



Mais informações [acesse](#)



Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

No ano de 2021, a Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do CRCSE, instituída pela Portaria CRCSE nº 004/2021 e alterada pela Portaria 035/21, elaborou um projeto visando estabelecer diretrizes e orientações para o tratamento de dados pessoais no âmbito do CRCSE, com o objetivo de proteger a privacidade dos profissionais da contabilidade, das organizações contábeis, empregados, parceiros, fornecedores e sociedade visando à gestão de dados pessoais e à gestão de incidentes de Segurança da Informação no ambiente convencional ou de tecnologia.

No mesmo período, seguindo orientações do CFC, editou normativos com a finalidade de adequação à Lei n.º 15.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Além disso, também foram ofertadas capacitações aos funcionários do Regional, realizadas pelo CFC, divididas em módulos e regiões, totalizando 16h de curso para cada participante e 64h de treinamento promovido pela encarregada pelo tratamento de dados pessoais (DPO) do CFC.

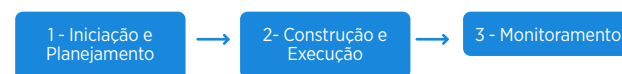
Dentre os principais objetivos contidos no Programa de Implantação da LGPD no CRCSE, destacam-se: Orientar as Chefias de Setores e demais empregados quanto à adequação e aplicação da LGPD; Garantir que a privacidade e a proteção de dados pessoais seja parte do cotidiano das atividades e funções desempenhadas pelo CRCSE de forma a proteger o titular da informação quanto ao processamento, tratamento e livre circulação de seus dados pessoais; Elaborar políticas e planos de proteção de dados pessoais e privacidade do CRCSE.

Demais atividades desempenhadas, relacionadas à estruturação interna em atendimento à LGPD:

- Elaboração e aprovação de 05 normativos, entre políticas, planos e termos, em adequação à LGPD (disponíveis para consulta no menu governança do site eletrônico do CRCSE);
- Participação dos Colaboradores do Regional, durante palestra "LGPD e a Comunicação", por videoconferência, com 245 participantes, entre funcionários e colaboradores do CFC e demais CRCs;
- Elaboração do Plano de Treinamento e Desenvolvimento de Proteção de Dados (PTDPD), aprovado por meio da Portaria CRCSE nº 053, de 26 de maio de 2021;
- Promoção de campanha de comunicação e envio de cards para divulgação e sensibilização da LGPD aos Conselheiros, Colaboradores, Coordenadores de Comissão e Delegados do CRCSE.

Etapas para implantação da LGPD

A implantação da LGPD está observando os seguintes procedimentos e etapas:



Etapa 1 – Iniciação e Planejamento

Compreensão de quais são as primeiras informações e dados importantes que devem ser conhecidos.

1	Nomeação do Encarregado
2	Alinhamento de expectativas com a Alta Administração
3	Análise da maturidade – diagnóstico do atual estágio de adequação à LGPD
4	Análise e adoção de medidas de segurança, inclusive diretrizes e cultura interna
5	Instituição de estrutura organizacional para governança e gestão da proteção de dados pessoais
6	Inventário de dados pessoais
7	Levantamento dos contratos relacionados a dados pessoais

Etapa 2 – Construção e Execução

Construção e execução de marcos que protegem os direitos do cidadão em relação à privacidade da informação.

1	Políticas e práticas para proteção da privacidade
2	Cultura de segurança e proteção de dados e Privacy by Design
3	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD)
4	Política de Privacidade e Política de Segurança da Informação
5	Adequação de cláusulas contratuais
6	Termo de Uso

Previsão de Entregáveis da Etapa 2:

1. Política de Privacidade;
2. Política de Cookies;
3. Política de Privacidade de Eventos;
4. Política de Controle de Acesso Lógico
5. Política de Segurança da Informação ;;
6. Política Interna de Proteção de Dados;
7. Política de Incidentes de Segurança da Informação;
8. Política de Notificação;
9. Política de Armazenamento de Dados Físicos e Digitais;
10. Termos e Condições de Uso;
11. Termo de Consentimento de Uso de Dados – funcionários;
12. Termo de Consentimento de Uso de Dados – conselheiros;
13. Termo de Consentimento de Uso de Dados – terceirizados;
14. Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade com Pessoa Jurídica;
15. Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade com o Conselho Federal de Contabilidade;
16. Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD);
17. Plano de Comunicação Interna sobre LGPD;
18. Plano de Treinamento e Desenvolvimento de Proteção de Dados;
19. Planilha de riscos relacionados à LGPD.

Etapa 3 – Monitoramento

Acompanhamento da conformidade à LGPD.

1	Indicadores de performance
2	Gestão de Incidentes
3	Análise de resultados
4	Reporte de resultados

Previsão de Entregáveis da Etapa 3:

1.	Relatório com os resultados alcançados;
2.	Relatório de auditoria;
3.	Resultado dos indicadores de desempenho;
4.	Registro de incidentes de segurança da informação;
5.	Relatório de análise de riscos relacionados à LGPD.

No CRCSE o processo de implantação da LGPD continuará no ano de 2022, promovendo a realização in loco do desenvolvimento de um trabalho diligente para a identificação do fluxo dos dados pessoais nos projetos desenvolvidos pelos Setores das atividades finalística do Regional, dando prosseguimento a elaboração dos normativos.

Para isso, será contratada uma empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em LGPD que, em conjunto com a Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados, realizará entrevistas individuais com os Chefes de Setores envolvidos, visando o levantamento e identificação dos dados pessoais tratados, visando construir um inventário completo dos dados pessoais armazenados na base do CRCSE.

O objetivo é realizar finalizar a implantação e promover o contínuo mapeamento dos dados pessoais até dezembro de 2022.

Plano Anual de Contratações

O Plano Anual de Contratações (PAC) é um documento que consolida todas as contratações e renovações que o CRCSE pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente, de modo a obter melhorias no planejamento dos itens e na governança, proporcionando maior transparência e controle neste processo, uma vez que sua divulgação integral é realizada no portal do CRCSE.

Desde 2020, o CRCSE utiliza o PAC como ferramenta de planejamento de suas contratações e renovações, realizando o acompanhamento periódico de sua execução e mantendo atuante a governança das aquisições, sendo que o PAC para 2021 foi aprovado pela Portaria nº. 081 de 17 de dezembro de 2020.



Atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos

De acordo com o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, compete ao CFC aplicar penalidade aos conselheiros do CFC e dos CRCs, decorrente de infração ao Código de Conduta, e instaurar processo para apurar irregularidade praticada nas gestões do CFC e dos CRCs, que tenham ocasionado eventual dano ao Conselho, assegurando-se o contraditório e o amplo direito de defesa; sendo competência do CRCSE a apuração e instauração de processo disciplinar para a apuração de conduta ética de funcionários e colaboradores.

Assim, o CRCSE desempenha a atividade correccional de abertura de processo de sindicância e de inquérito administrativo para apurar penalidade a ser aplicada a funcionários e colaboradores.

radadores que pratiquem ações em descumprimento de norma legal ou regimental ou referente a processos de conduta para apuração de infração cometida

Legislação Aplicada

Resolução CFC n.º 1.612/2021 – Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 17, incisos XXXVI e XXXIX e art. 21, §§1º e 4º;

Resolução CFC n.º 1.463/2014 – Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar dos Funcionários do CFC;

Resolução CRCSE n.º 479/2015 – Dispõe sobre o Plano de Cargos Carreiras e Salários do CRCSE

Resolução CFC n.º 1.523/2017 – Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Resolução CRCSE n.º 565/2021 – Regimento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCSE

Como resultado da atuação convencional do CRCSE, no ano de 2021 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

0

Processo Administrativo Disciplinar Instaurado

Comissão de Conduta para apuração de infração cometida por funcionários e colaboradores do CRCSE

0

Denúncia contra funcionários ou colaboradores do CRCSE em 2021

PAC – Processo de Apuração de Conduta

Alocação de Recursos

Após a avaliação da situação organizacional e financeira do CRCSE e a identificação dos pontos fracos, fortes, oportunidades e desafios, foi priorizada a execução dos seguintes projetos em 2021:

- A** Investimentos em tecnologia da informação para cumprimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação
- B** Ações de cobrança e novas metodologias que gerem resultados financeiros melhores e reduza a inadimplência
- C** Ações de responsabilidade social que aperfeiçoem o relacionamento da entidade com a sociedade
- D** A elaboração anual do “Plano Anual de Contratações” em consonância com os projetos do Plano de Trabalho e Orçamento para consolidar as contratações que o Conselho pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente
- E** Dar publicidade das ações desenvolvidas na mídia social e em outros meios de comunicação como forma de prestar contas e identificar um maior número de profissionais.

Já a alocação de recursos nos programas foi realizada de acordo com as perspectivas de atuação e atribuições legais do CRCSE:



R\$ 7.934,34

Valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional



R\$ 3.116.866,79

Valores Gastos com as demais atividades finalísticas (registro, julgamento e orientação)



R\$ 37.106,32

Valores Gastos com indenizações a conselheiros

Desempenho

Para implementar o Planejamento Estratégico, o CRCSE organiza suas atividades de forma a potencializar a geração de resultados que são mensurados regularmente e comparados com as expectativas fixadas, visando identificar e corrigir tempestivamente possíveis distorções, de maneira a subsidiar a Alta Administração com informações importantes para a tomada de decisões.

Nesse contexto, os objetivos estratégicos, os indicadores de gestão e os projetos do Plano de Trabalho são os balizadores das ações do CRCSE. Os indicadores de gestão são mensurados periodicamente e acompanhados, também, por meio do Sistema de Gestão por Indicadores, software criado pelo CFC para esse controle. Os objetivos estratégicos direcionam a elaboração do Plano de Trabalho anual, o qual concretiza o nível operacional do planejamento. Com a execução do Plano de Trabalho, há a transformação da estratégia em ação, ordenando os recursos disponíveis e estabelecendo os planos de ação para a execução das atividades e dos projetos previstos.

Os resultados de todos os indicadores mensurados pelo CRCSE e a execução das metas previstas no Plano de Trabalho ficam disponíveis em nosso Portal da Transparência e Prestação de Contas, no módulo “Programas, Projetos, Metas e Resultados”.

A seguir, para cada área finalística do CRCSE – Fiscalização, Registro e Educação Continuada, será apresentada uma análise detalhada dos indicadores de destaque relacionados, dos principais projetos e ações e o investimento total.

FISCALIZAÇÃO

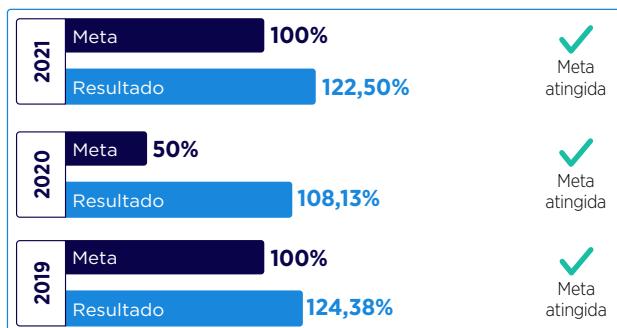
A Fiscalização atua como fator de proteção da sociedade, desenvolvendo ações e procedimentos fiscalizatórios preventivos e ostensivos. Compete à Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil do estado de Sergipe



R\$ 7.934,34
Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral



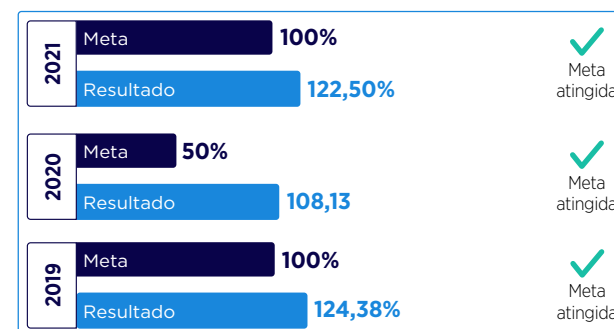
O exercício da Contabilidade é supervisionado, de forma qualitativa, técnica e ética, pelos Conselhos de Contabilidade para combater irregularidades na profissão contábil e atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis.

Os resultados de 2021 demonstram a retomada dos trabalhos da fiscalização, como notificação e autuação dos profissionais, após a suspensão dos prazos em 2020, devido à pandemia de Covid-19.

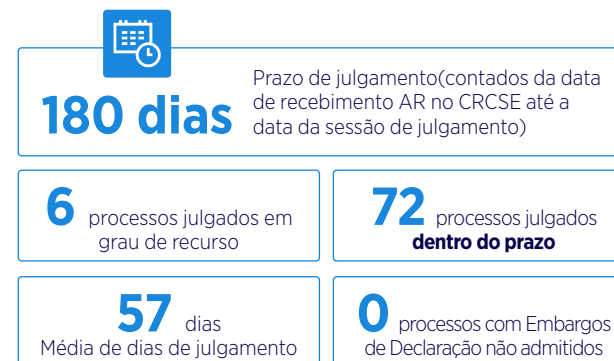


Com o objetivo de ampliar e fortalecer a fiscalização do exercício ilegal da profissão contábil no Brasil, o CFC e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), do Ministério da Economia, firmaram um acordo de cooperação técnica. Por meio dessa ação, o CFC passou a ter acesso à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que são mantidas pela SEPRT. Assim, a partir de um cruzamento de dados com os cadastros de registro profissional contábil do Conselho, é possível identificar contadores e técnicos em contabilidade que atuam sem o registro profissional, bem como o trabalho de leigos (as pessoas físicas que atuam sem formação em Ciências Contábeis e sem registro). Tanto os trabalhadores nessa situação quanto as empresas que os contratam, serão notificados visando à sua regularização.

Índice de realização de diligências gera

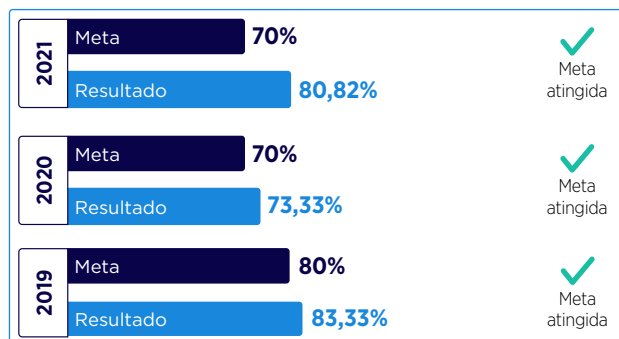


O CRCSE examina e julga os processos abertos contra pessoas físicas, empresas, profissionais e organizações contábeis.



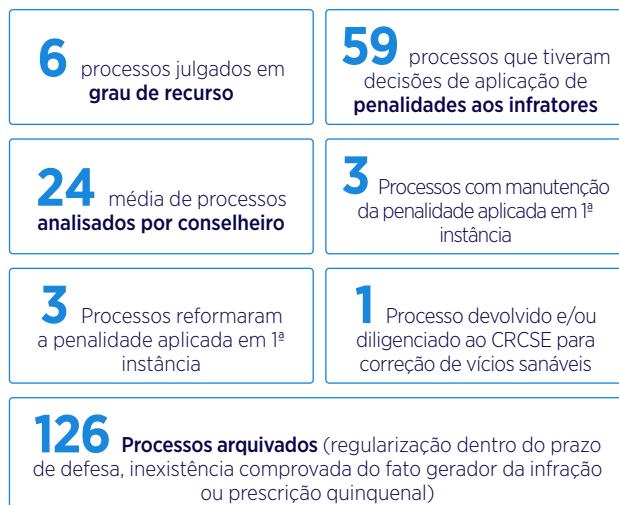
O Regulamento de Procedimentos Processuais, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.603/2020, passou a vigorar em 2021. Uma das principais mudanças foi a abertura das sessões das Câmaras de Ética e Disciplina e das reuniões dos Tribunais Regionais e Superior de Ética e Disciplina, que antes eram reservadas. Agora essas reuniões também podem ser realizadas de forma presencial ou virtual. Além disso, ocorreram alterações nos tipos e prazos dos recursos, bem como, no cálculo de penalidades aplicáveis a autuados reincidentes.

Ética na profissão



Com base em atos normativos específicos, os Conselhos de Contabilidade vêm, ao longo de seus 75 anos, apurando os casos de descumprimento das normas e aplicando, quando necessário, as penalidades cabíveis. Mas, para o CFC e os CRCs, a fiscalização, em primeiro lugar, possui caráter preventivo, devendo-se recorrer às penalidades quando necessárias, para estabelecer os mecanismos e os requisitos do exercício ético e eficaz da profissão.

Com foco na proteção à sociedade e no combate ao mau profissional, por meio da efetividade dos procedimentos fiscalizatórios, o Sistema CFC/CRCs alcançou os seguintes resultados:



Penalidades aplicadas



Gestão das multas de fiscalização



As ações de cobrança das multas aplicadas são essenciais para garantir a efetividade das ações fiscalizatórias como resultado de todos os procedimentos realizados pelos CRCs. Em 2021, observa-se o empenho do Sistema CFC/CRCs de garantir o correto exercício profissional e em cumprir seu papel institucional de atuar como fator de proteção da sociedade.

Principais projetos e ações

Projeto FISCALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS E DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE

101 Organizações Contábeis fiscalizadas e 292 Profissionais e Leigos (pessoas físicas atuando sem registro) fiscalizados, tanto na área pública quanto privada, onde foram verificadas a escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, contrato de prestação de serviço, cumprimento da NBC PG 12, decoreis emitidas, serviços de auditoria e perícia, verificação da situação cadastral para proteção ao exercício legal da profissão.

Orientações, via e-mail e telefone, aos profissionais e à sociedade quanto a denúncia, atividades privativas de profissionais da contabilidade, COAF, decore, contrato de prestação de serviço, NBC's, perícia, auditoria, etc.

Projeto FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO CONTÁBEIS

A fiscalização das empresas não contábeis envolveu 11 Empresas Comerciais, Prestadores de Serviços ou Industriais; 11 Entidades sem Fins Lucrativos (inclusive Partidos Políticos) – ITG 2002; 3 Órgãos Públicos; 3 Cooperativas (ITG 2004); 1 Instituição Financeira; 2 Entidades Desportivas (ITG 2003) e 1 Entidade Fechada da Previdência Complementar (ITG 2001). Verificando a situação cadastral dos profissionais e das organizações Contábeis que prestam serviços. Bem como a escrituração contábil e elaboração de demonstrações de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Reuniões Regimentais

Nas reuniões Plenárias/TRED do CRCSE foram homologadas as decisões das reuniões das câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil, cumprindo a Programação de Reuniões previstas no seu Plano de Trabalho.



Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

O CRCSE acompanha a adoção dos procedimentos que devem ser observados pelos profissionais e organizações contábeis, quando no exercício de suas funções, para cumprimento das obrigações previstas na Resolução CFC 1530/17, que tem por finalidade estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Declarações ao Coaf	
Exercício	Declaração de Não Ocorrências
2019	1058
2020	894

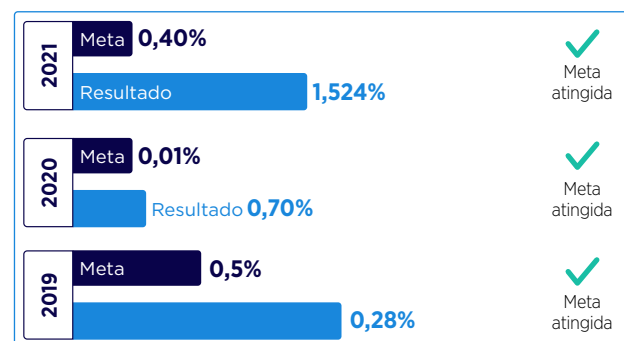
Para facilitar o processo, o CRCSE orientou os profissionais da Contabilidade na utilização do Sistema desenvolvido pelo CFC para envio da Declaração de Não Ocorrências e promove, de forma constante, a sensibilização da classe contábil quanto à importância dos mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro.

REGISTRO

O Setor tem como atribuições, Registrar os Profissionais e Organizações Contábeis, bem como atender solicitações de Baixas, Averbacões Contratuais, Cancelamentos por Falecimento, Atualização e manutenção cadastral de Profissionais e Organizações Contábeis no sistema de cadastro, os tramites se dão sob rito sumário e ordinário, submetendo-os a aprovação da câmara de registro e a homologação do plenário.

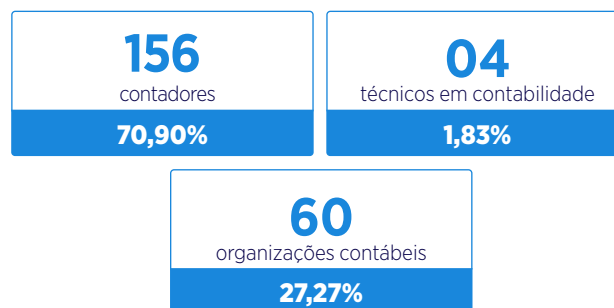
Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos

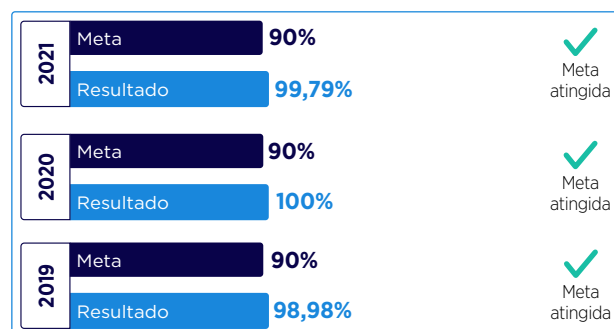


No CRCSE, apesar de toda a crise que vem afetando o país nos últimos anos, e todas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e com esse momento de incertezas devido a pandemia do novo corona vírus, houve um pequeno acréscimo do número de registros profissionais, devido as ações em conjunto com o CFC.

Novos registros em 2021



Tempo médio de julgamento de processos de registro



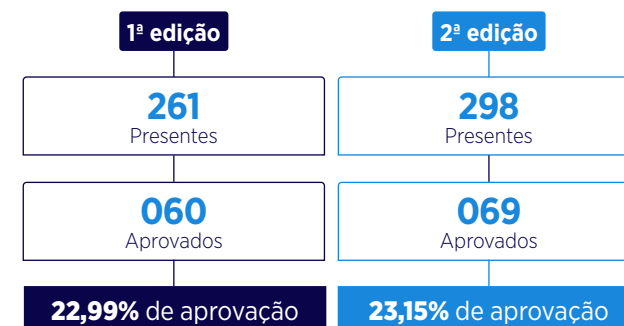
Foram direcionados à Câmara de Registro do CRCSE, 466 processos para análise, sendo que todos foram julgados dentro do prazo, que é de 60 dias. A informatização dos procedimentos, como a implantação do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), vem contribuindo para a celeridade no julgamentos dos processos. A sequência de resultados positivos demonstra o

empenho da Vice-Presidência de Registro, para que todos os processos fossem pautados e julgados em conformidade com os prazos estabelecidos. A utilização correta do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER), ferramenta web que possibilita celeridade dos Processos de registro, contribuindo dessa forma significativa nos julgamentos.

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

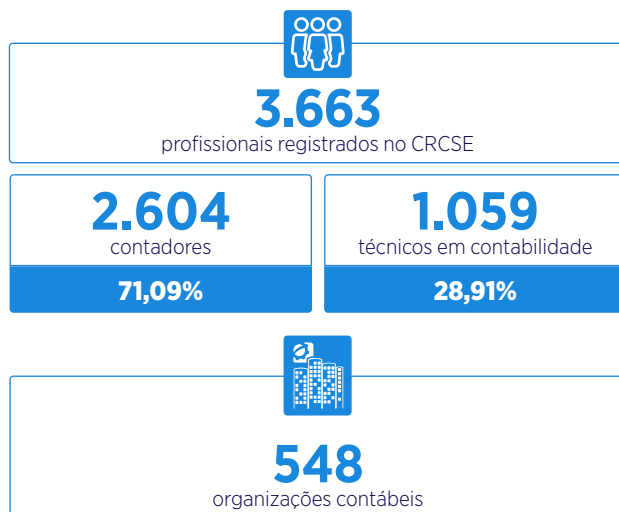
O mercado globalizado e cada vez mais competitivo trouxe a necessidade de informações contábeis cada vez mais seguras, precisas e éticas, garantindo à sociedade maior transparência na gestão dos negócios. Atento a essa situação, o CFC vem dispensando esforços para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha habilidades e competências necessárias para atender a essas demandas. No exercício de 2021, o CFC ofertou em todos os estados da federação e em 118 cidades a realização de 2 edições do Exame de Suficiência. No estado de Sergipe tivemos os seguintes resultados:



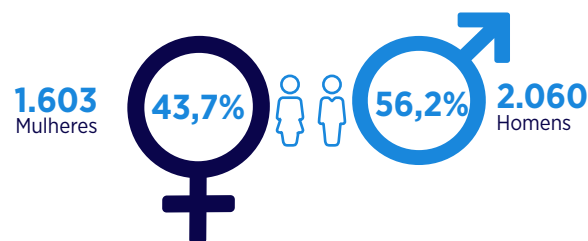
A sociedade brasileira é beneficiária direta da aplicação do Exame de Suficiência, uma vez que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

Registros Ativos



Registros Ativos por Gênero



O registro de profissionais e de organizações contábeis é obrigatório a todos aqueles que queiram exercer e explorar a profissão contábil. Visando incentivar e facilitar o processo de comunicação com o profissional/organização contábil. O CFC em decorrência de sua função regulamentadora, constituiu comissão de estudo de viabilidade de implementação de domicílio eletrônico no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

Resultados dos trabalhos:

- Elaboração de minuta de resolução para implantação do domicílio eletrônico no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
- Criação do Sistema de Domicílio Eletrônico, que será disponibilizado aos CRCs, assim que finalizado.

Além disso, o sistema CFC/CRCs expediu a **carteira de identidade profissional, modelo digital, para mais de 78.000 profissionais** e realizou o pregão eletrônico para contratação da nova empresa que irá fornecer a carteira de identidade profissional, modelo físico, aos profissionais interessados.

Atualização e Manutenção Cadastral

Com o objetivo de atualizar a base cadastral de profissionais e organizações contábeis dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o CFC firmou convênio com a Receita Federal do Brasil, utilizando ferramenta disponibilizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Todo o procedimento de atualização e manutenção cadastral é em conjunto com o sistema CFC/CRCs, sendo disponibilizado o Link do recadastramento, aonde todos os profissionais com o código de acesso pode atualizar o endereço e e-mail, diretamente pelo portal, além de todas as vezes que o setor de registro recebe correspondências devolvidas pelos correios, entra em contato com o profissional por e-mail, telefone e WhatsApp, para atualização de todos os dados. No exercício de 2021, o sistema CFC/CRCs realizou todas as consultas solicitadas pelos CRCs onde foram disponibilizadas mais de 3.700 atualizações de endereços de profissionais e organizações contábeis aos Regionais. Ressaltamos que os repasses de informações cumpriu as exigências e medidas de segurança previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

EDUCAÇÃO CONTINUADA

A Educação Continuada se caracteriza como um processo fundamental ao cumprimento de uma das finalidades institucionais do Sistema CFC/CRCs e tem por objetivo desenvolver competências para qualificar, atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais.



R\$ 295.756,06
Investimento total

Indicadores

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita



Visando atender o disposto na Lei n.º 12.249/2010, que definiu como competência dos Conselhos de Contabilidade a promoção da educação continuada aos seus registrados, o CRCSE realiza anualmente eventos/projetos/ atividades com temas de interesse da classe.



R\$ 295.756,06
Investimento total do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

23

Eventos realizados pelo CRCSE



172

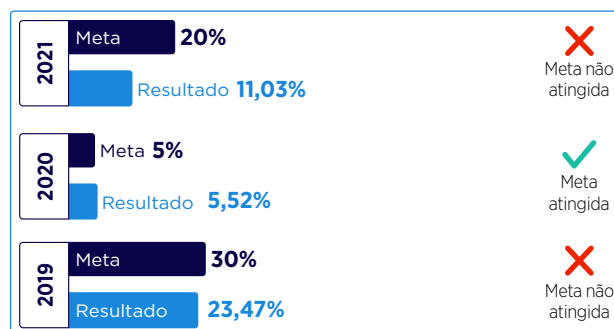
Carga horária total dos eventos realizados pelo CRCSE

404

Participantes capacitados pelo CRCSE

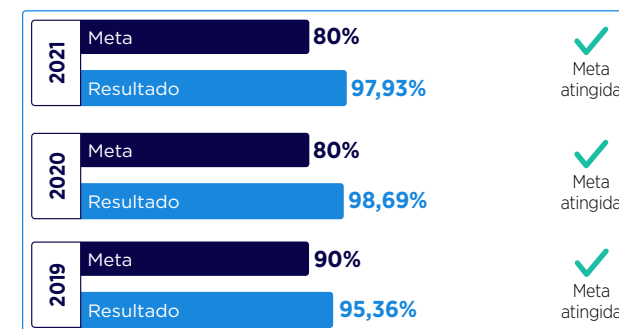
Em 2021, o CRCSE investiu nos programas de educação continuada o valor de R\$ 295.756,06, o volume de recursos investidos por profissional em 2021 ficou acima da meta estabelecida, perfazendo o valor de R\$ 734,30. Esse resultado deu-se em virtude do número de participantes nos programas de educação continuada

Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada



Com a continuidade da pandemia, a meta de participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação não foi atingida devido à redução de profissionais presentes nos eventos, a mudança na rotina dos contadores e o impacto no acesso às estruturas que permitem o estudo.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



Mesmo com a pandemia, o resultado reflete o sucesso das estratégias adotadas pelo CRCSE na realização de seus eventos, com o retorno em parte das atividades presenciais e utilização da modalidade on-line, a escolha dos temas técnicos de maior relevância e organização estrutural de qualidade dos eventos realizados.

O CRCSE trabalha em busca de um constante aprimoramento e da qualificação dos profissionais da contabilidade, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da profissão e o fortalecimento da imagem do Conselho e do profissional da contabilidade perante a sociedade.

Principais projetos e ações

Educação Continuada – encontros/seminários/fóruns

Em 2021, foram realizadas 11 reuniões da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCSE, resultando na análise de 38 atividades.

37

Atividades
deferidas

01

Atividade devolvida
para adequação

Em 2021, registrou-se 07 credenciamentos de cursos presenciais, 04 credenciamento de cursos à distância, 02 credenciamentos de eventos presenciais.

Alteração da NBC PG 12 (R3) visando, dentre outras, a inclusão dos auditores Previc como novo grupo obrigado ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). A Norma passou a vigorar a partir de janeiro de 2021.

Em função da pandemia, houve a redução de 50% da pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do PEPC, de 40 para 20 pontos, conforme Deliberação CFC n.º 14/2021

Excelência na Contabilidade – Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

Em 2021, foram recebidos subvenções, após o envio das prestações de contas, de acordo com os Termos de Cooperação em vigor.

R\$ 48.864,45 – Referente ao pagamento da 5ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 43.176,45 – Referente ao pagamento da 6ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto

sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 41.754,45 – Referente ao pagamento da 7ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 25.063,40 – Referente ao pagamento da 8ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

Investimento total R\$ 158.858,75 CRCSE (Mestrado)

Promover a educação continuada - encontros/seminários/fóruns/jornadas

O ano de 2021 deu-se a continuidade aos projetos no setor de eventos, pois este foi um dos primeiros a sofrer diretamente as consequências da pandemia e o último a estabilizar suas ações. Por esses motivos, o CRCSE apostou na realização de alguns eventos em formato on-line e outros presenciais.

Principais eventos:

- II Convenção Sergipana de Contabilidade (Presencial) 136 participantes
- 16º Fórum da Mulher Contabilista de Sergipe (On line) 21 participantes

Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

Principais eventos:

- Bate-Papo: A Lei 14.020 após o término de calamidade pública 9 participantes
- Palestra DCTF Web e as novas práticas de declaração tributária 18 participantes
- Talk Show em comemoração ao Dia do Profissional da Contabilidade 25 participantes (Misto)

- Palestra a MP 1.045 e seus impactos 19 participantes
- Bate Papo Dias das Mães (Orientação financeira) – (On line) 6 participantes
- Curso Implantação eSocial na Administração Pública – (Presencial) 8 participantes
- Curso Simplificando o Simples Nacional (Presencial) 12 participantes
- Rotinas Trabalhistas: da admissão a demissão, teoria e prática – Itabaiana 8 participantes
- Rotinas Trabalhistas: da admissão a demissão, teoria e prática – Estância 4 participantes
- Rotinas Trabalhistas: da admissão a demissão, teoria e prática – Lagarto 0 participantes
- Semana do Contador (Misto) 22 participantes
- Rotinas Trabalhistas: da admissão a demissão, teoria e prática – Propriá 3 participantes
- CRC no Interior 24 participantes
- Rotinas Trabalhistas: da admissão a demissão, teoria e prática – Tobias Barreto 1 participantes
- Lei 14.133/2021: A Nova de lei de Licitações e Contratos Administrativos (Presencial) 6 participantes
- Curso Lucro Real na Prática (On line) 14 participantes
- Palestras FGTS Digital e Eventos de Saúde e Segurança no Trabalho no eSocial 12 participantes
- Palestra Os impactos do Decreto nº 10.854/2021 no Departamento Pessoal 9 participantes

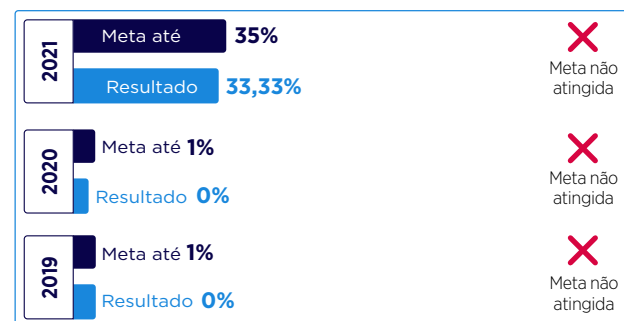
Gestão de pessoas

Um dos principais objetivos estratégicos do CRCSE é “Atrair e Reter talentos”. Para isso, a entidade oferece aos seus empregados planos de saúde e odontológico, vale alimentação, treinamentos, progressão horizontal por antiguidade, entre outros.

O Conselho finalizou o ano de 2021 com um total de 20 colaboradores, sendo 02 trabalhando diretamente na atividade fim de fiscalização da profissão contábil.

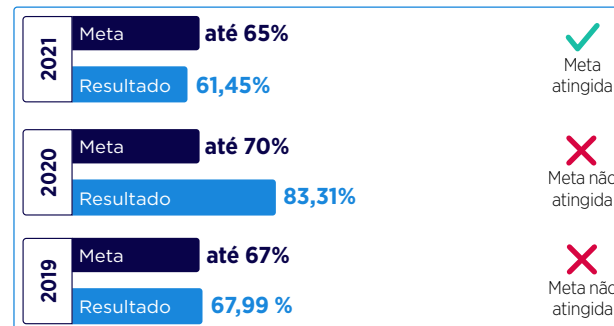
Colaboradores	2020	2021
Empregados efetivos	12	8
Comissionados	4	5
Estagiários	2	5
Terceirizados	2	2
Total	20	20

Taxa de Desligamento



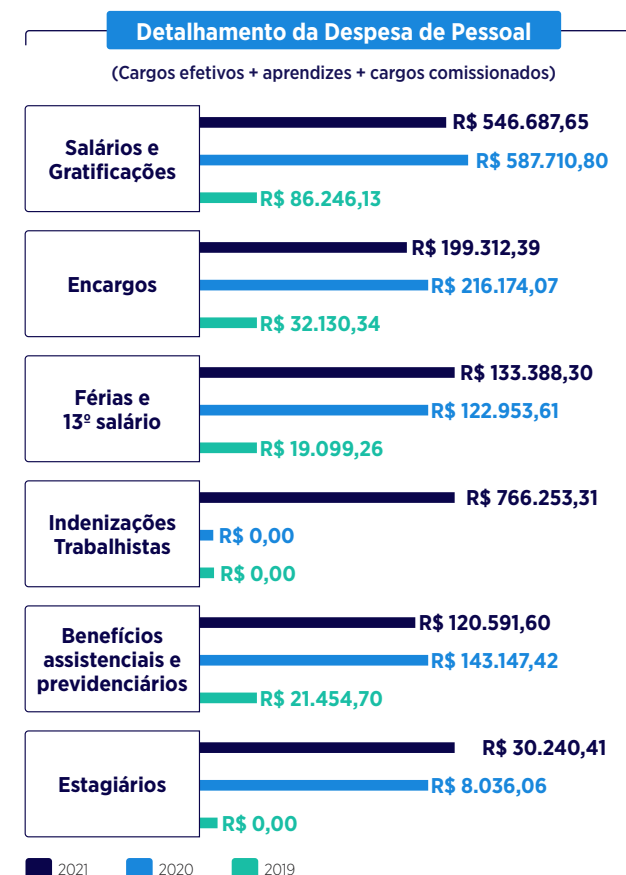
Considerando que durante o ano de 2021 só houve o desligamento dos 04 (quatro) empregados efetivos que fizeram adesão ao Programa de Demissão Voluntária – PDV, foi possível cumprir a meta estabelecida.

Índice de Despesas com Pessoal



Quanto ao detalhamento das despesas com o pessoal, percebe-se um relevante aumento no ano de 2021 em relação a 2020, devido a despesa com indenizações trabalhistas paga aos funcionários que aderiram ao PDV. Ressalta-se que, como o valor dessas indenizações foi custeado pelo CFC, não foi computado no cálculo do índice de despesa com pessoal, motivo pelo qual a meta desse indicador foi cumprida no exercício.

Ademais, em 2021, houve reajuste salarial de 8,06%, efetivado a partir do mês de agosto/2021, e concedido benefício de auxílio odontológico aos funcionários.



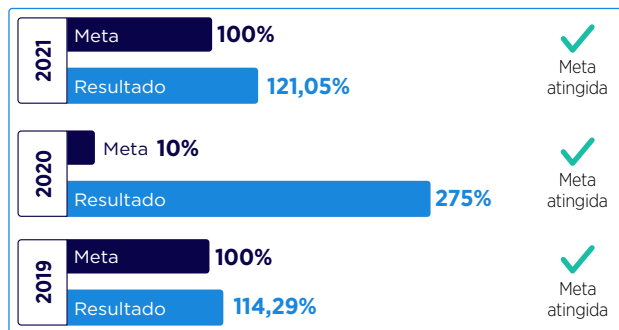
Treinamento e desenvolvimento

Para atender às diretrizes estratégicas “Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs” e “Atrair e reter talentos” o Conselho investe sistematicamente na capacitação do corpo funcional.

O CRCSE elabora o Plano Anual de Treinamentos (PAT) com a finalidade de capacitar e desenvolver os funcionários para melhor execução de suas atividades. O PAT proporciona a ampliação do nível de conhecimento dos funcionários por meio

da realização de cursos e treinamentos, individuais e coletivos, preparando-os para o exercício de novas funções, bem como adaptando-os a novas tecnologias, de modo a garantir a competência necessária à condução das atividades.

Índice de Percentual de Treinamento



O PAT de 2021 buscou promover a capacitação dos empregados do CRCSE nas competências necessárias ao desempenho de suas diversas atribuições funcionais e à capacitação gerencial, observando-se a otimização dos recursos disponíveis. Alinhado as disposições da Portaria CRCSE nº 053/2021, ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs e às recomendações do TCU para aprimoramento institucional de governança, o PAT 2021 abarcou as mais diversas ações de desenvolvimento ou capacitação.

Foi prevista no PAT 2021 a realização de 38 eventos de capacitação, sendo a meta fixada em 100% do total planejado, considerando que a maioria dos eventos eram de forma online e gratuita.

Entre os treinamentos realizados, destacam-se: a nova lei de licitações (14.133/2021); ética e serviço público; Implantação do eSocial na Administração Pública; Liderança e gestão de equipes; II Convenção Sergipana de Contabilidade; Segurança da Informação; proteção de dados no setor público e LGPD; entre outros.

Índice de Capacitação de Usuários em Tecnologia



Em cumprimento ao PAT e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), foi oportunizada aos empregados do CRCSE a participação em treinamentos relacionados à área de tecnologia da informação, especificamente nos sistemas internos (estoques e dívida ativa), eSocial e segurança da informação.

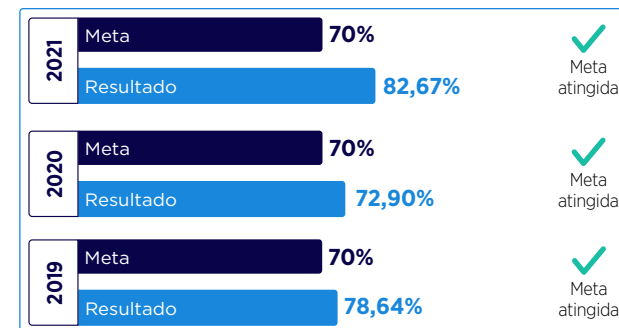
A quantidade de eventos ofertados em 2021 possibilitou a participação de 100% do total de empregados, com 4,46 horas de treinamento, superando a meta prevista para o indicador, que foi de 3 horas.

Pesquisa de satisfação dos empregados

Com o objetivo de aferir o nível de satisfação dos empregados com relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo CRCSE em benefício ao corpo funcional, anualmente, é aplicada pesquisa para que todos os colaboradores possam responder, de forma voluntária e anônima, às questões que compõem a pesquisa.

A pesquisa aborda a disponibilidade de recursos operacionais (hardware, software, equipamentos, mobiliário e materiais de expediente); estrutura predial, incluindo segurança e limpeza; relacionamento interpessoal; comunicação interna; pertencimento e orgulho de trabalhar na empresa; benefícios e treinamentos; e as ações desenvolvidas pelo CRCSE para prevenção da Covid-19 no ambiente de trabalho.

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional



O resultado da pesquisa aplicada em 2021 teve a participação dos funcionários, que pontuaram a satisfação em relação às ações desenvolvidas pelo CRCSE.

Mais uma vez, os resultados foram positivos e acima da meta estabelecida pelo Sistema de Gestão de Indicadores. A pesquisa demonstrou que 82,67% dos funcionários estão satisfeitos com a infraestrutura e as ações desenvolvidas pelo CRCSE. Além disso, evidenciou aumento no nível de satisfação, comparativamente a 2020, em que o resultado foi de 72,90% e pequena variação em relação a 2019.

Gestão de licitações e contratos, incluindo de TI

As contratações do CRCSE são regidas pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e possuem conformidade com os normativos legais que regem a matéria, em especial:

- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar 123/2006;
- Decreto nº 7.892/2013;
- Decreto nº 10.024/2019;
- Instrução Normativa MPDG nº 5/2017.

[Mais informações](#) [acesse](#)

Além disso, o CRCSE conta com diversas instâncias de controle, entre elas: Controle Interno e Assessoria Jurídica. O Conselho conta, ainda, com equipe de planejamento de contratações e com uma servidora responsável pelas contratações que são os responsáveis pela elaboração dos documentos relativos aos procedimentos de contratação na fase interna.

Vale destacar, também, a vinculação das contratações e prorrogações contratuais ao Plano Anual de Contratações (PAC) de 2021, que está disponível no site do CRCSE

As contratações efetuadas no exercício de 2021 totalizaram R\$ **509.905,72**, que foram realizadas, por meio de Pregão Eletrônico por formalização de processos de Dispensas de Licitação e Inexigibilidades, para atender aos programas de Suporte e Apoio a Atividades Fins e Gestão de Educação Continuada, conforme diagrama a seguir: a Atividades Fins e Gestão de Educação Continuada, conforme diagrama a seguir:

O Pregão realizado visou a Contratação de empresa para a 2ª Convenção Sergipana de Contabilidade. O aumento significativo nas inexigibilidades decorreu das contratações de palestrantes para a Convenção Sergipana.

Contratações diretas



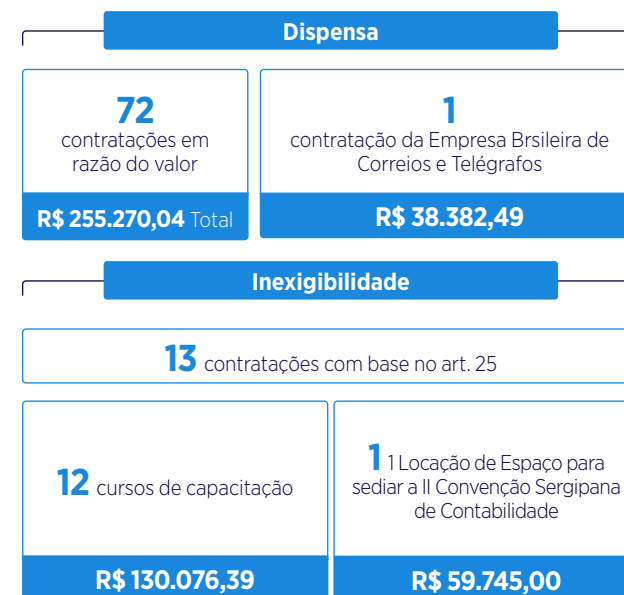
Comparação de contratações 2020-2021:



Foram realizadas 86 contratações diretas, sendo R\$ 255.270,04 em razão do valor – inciso II - e R\$ 38.382,49 fundamentado no inciso XVI do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 e R\$ 189.821,39 por inexigibilidade, alocados, principalmente, em cursos de capacitação para empregados, serviços advocatícios, licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas em TI e licença do sistema de gestão empresarial.

Contratações diretas

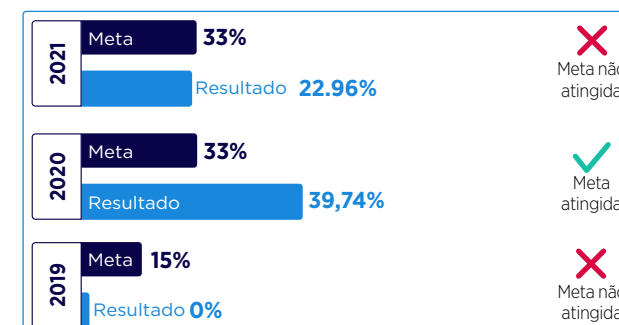
Foram realizadas 86 contratações diretas, sendo R\$ 255.270,04 em razão do valor – inciso II - e R\$ 38.382,49 fundamentado no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 e R\$ 189.821,39 por inexigibilidade, alocados, principalmente, em cursos de capacitação para os profissionais da contabilidade.



Contratações mais relevantes

Gestão de Fiscalização	
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade Objeto: Contrato com a empresa de Correios e Telégrafos Justificativa: Promover a fiscalização preventiva e de orientação	Valor contratado R\$ 38.382,49 Contratação por dispensa
Gestão de Registro Profissional	
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade Objeto: Contratação de palestrantes, locação de espaços, equipamentos e confecção de material de distribuição gratuita, e coffee break para a II Convenção Sergipana de Contabilidade Justificativa: Proporcionar aos profissionais contábeis o aprimoramento técnico-científico	Valor contratado R\$ 274.665,95 Aqui foram realizadas contratações por Pregão Eletrônico, Dispensas de Licitação e Inexigibilidades
Suporte e Apoio a Atividades Fins	
Objetivo Estratégico: Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRCSE Objeto: Contratação de engenheiro para emissão de Termo de Referência e planilha de custos para contratação de obra de recuperação de patologias prediais Justificativa: Garantir a manutenção física e a conservação preventiva e corretiva do Edifício CRCSE, a segurança da edificação, do acervo e das instalações.	Valor contratado R\$ 6.200,00 Dispensa de licitação
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. Objeto: Aquisição de Licenças Windows Server Justificativa: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e contratar solução de backup para evitar perda de dados ou dano a algum tipo de arquivo ou sistema digital.	Valor contratado 6.855,00 Dispensa
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. Objeto: Aquisição de notebooks. Justificativa: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e adquirir notebooks para os conselheiros e empregados, visando assegurar a continuidades das administrativas, técnicas finalísticas, especialmente, durante o período da pandemia em que as atividades foram realizadas em teletrabalho.	Valor contratado R\$ 16.117,90 Dispensa

Índice de renovação do parque de informática



O CRCSE vem adotando o critério de manter seu parque tecnológico atualizado, de acordo com o respectivo período de garantia, mediante a renovação de 1/3 dos seus equipamentos e softwares. O objetivo da atualização é evitar a utilização de equipamentos obsoletos, de baixo desempenho, reduzir o índice de falhas pela não utilização de equipamentos antigos, assegurar o melhor nível de manutenção ofertado pela garantia original do fabricante e, consequentemente, melhorar a prestação de serviços aos profissionais da contabilidade e à sociedade.



Informações
Orçamentárias,
Financeiras
e Contábeis

Declaração da Contadora do CRCSE

Simone Alves de Souza Santana

O Setor Contábil está subordinado à Vice-Presidência de Assuntos Administrativos e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das demonstrações contábeis, assim como pela divulgação dos relatórios gerenciais, patrimoniais, pela elaboração da prestação de contas do CRCSE e pela apresentação de obrigações fiscais acessórias. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, encerradas em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações contábeis do CRCSE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 029/2021 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC. Também foram observadas as orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 de 22/04/2020 e da DN-TCU n.º 187/2020, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

Esse processo visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, extraídas de sistema informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada

pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o inciso V, do artigo 13 da Resolução CRCSE nº 528 de 13 de maio de 2019, que aprova o Regimento do Regional e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos no Manual de Auditoria e no Manual de Contabilidade, ambos do Sistema CFC/CRCs. Os demonstrativos contábeis foram analisados pela Câmara de Controle Interno e aprovada pelo Plenário sem apontamentos ou ressalvas.

As Demonstrações Contábeis do CRCSE são as seguintes:

- **Balanco Patrimonial (BP)** – é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** – demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.
- **Balanco Orçamentário (BO)** – demonstra o orçamento inicial e suas alterações, confrontando-os com a execução da receita e da despesa.
- **Balanco Financeiro (BF)** – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.
- **Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar (RPP)** – ratifica as despesas empenhadas e efe-



tivamente executadas cuja liquidação tenha sido verificada no exercício.

- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.
- **Notas Explicativas** – fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos.
- Os demonstrativos estão publicados no site do CRCSE “Transparência e Prestação de Contas”

[Mais Informações](#) [acesse](#)

Desafios

O processo de parametrização dos sistemas informatizados foi retomado, durante o exer-

cício de 2021, visando melhorias e agilidade no fluxo dos processos internos do CRCSE, bem como a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Consolidação das Demonstrações Contábeis, por meio do sistema. As implementações dos sistemas de controle de contratos e de custos, para garantir confiabilidade e lisura nos controles, são um dos principais desafios a serem superados em 2022.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para elaboração do processo de Prestação de Contas e que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelo Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, referentes ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Simone Alves de Souza Santana

CRCSE 4736/O

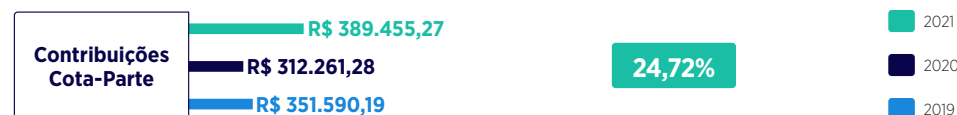
Período de atuação 01/10/2000 a 31/12/2021

Gestão Orçamentária e Financeira

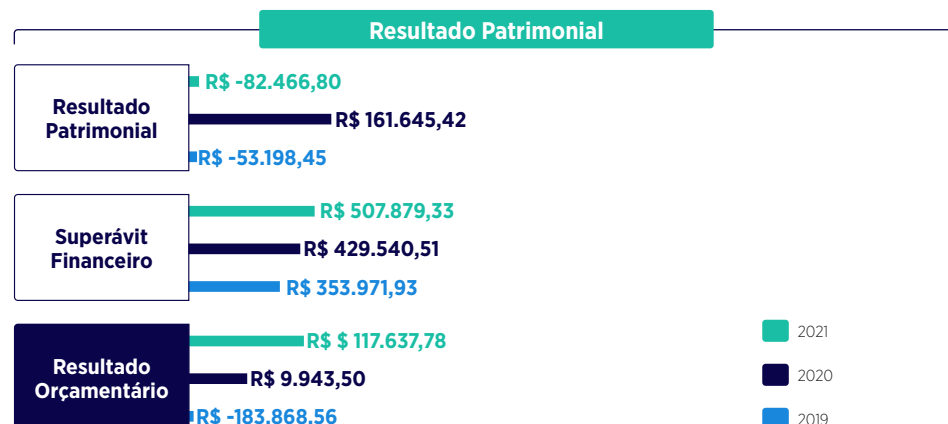
O avanço da pandemia de Covid-19 tem impactado diretamente na economia mundial, tanto econômica quanto patrimonialmente, e não há previsão de melhoria em um curto espaço de tempo. As inseguranças no cenário econômico brasileiro e as legislações divulgadas pelos Governos Federal e Estaduais, com a finalidade de aliviar as consequências do flagelo decorrente da enfermidade que abateu o mundo nesses últimos dois anos, compeliram os governos, as empresas e a sociedade civil a envidarem esforços a moldar-se à nova realidade imposta pela Covid-19.

No Sistema CFC/CRCs, a repercussão da pandemia gerou impactos diretos na arrecadação de recursos, oriundos principalmente das anuidades. Entretanto, mesmo nesse cenário e após a adoção de diversas medidas, a arrecadação do CRCSE resultou numa ascensão de 19,04% do recebimento em relação a 2020.

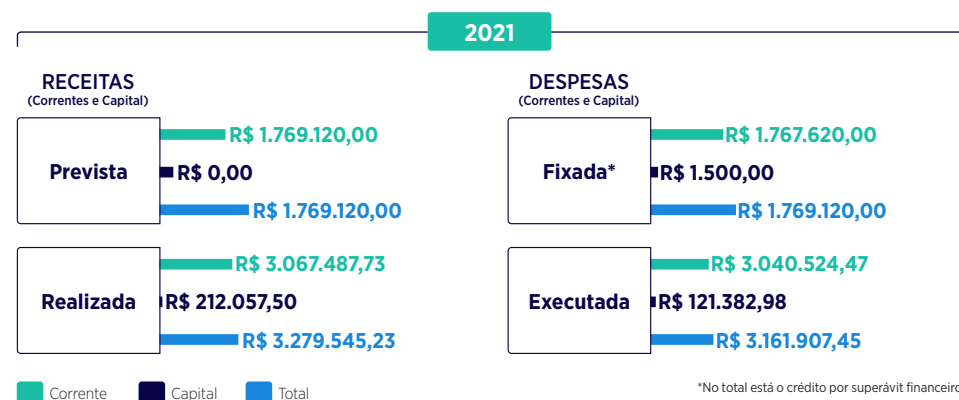
A situação financeira do Conselho Regional está equilibrada, pois diante das incertezas econômicas no Brasil, o CRCSE adotou medidas de contenção de despesas e aderiu a projetos de auxílios financeiro para renovação do parque de informática.



No entanto, levando-se em conta o pequeno aumento na receita e a elevação dos custos financeiros e patrimoniais, o CRC permaneceu com suas contas em estabilidade, haja visto que foram adotadas medidas para mitigar o impacto que a falta de proporcionalidade entre as receitas e as despesas poderiam acarretar. Tais ações vislumbram, em um futuro não muito distante, a reconquista da alavancagem econômica que a sociedade civil tanto almeja e necessita para o crescimento do Brasil e que o Sistema CFC/CRCs espera, aspira e deseja.



As despesas fixadas e as receitas estimadas para o orçamento de 2021, remontaram em R\$ 1.769.120,00 (um milhão setecentos e sessenta e nove mil cento e vinte reais) contida na Resolução CRCSE n.º 551/2020. Não obstante aos fatos ocorridos no exercício, foram necessários ajustes ao orçamento, por intermédio da abertura de créditos adicionais e suplementares que totalizaram o valor de R\$ 3.301.492,57 (três milhões trezentos e um mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos) onde R\$ 1.532.372,57 (um milhão quinhentos e trinta e dois mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) foram de recursos de superávit e excesso de arrecadação, com a finalidade de suprir projetos e subprojetos em sua execução, conforme demonstrado a seguir:



De toda a receita arrecadada a principal fonte de receita corrente do Conselho é arrecadação de 80% da anuidade paga pelos contabilistas, as receitas patrimoniais, receitas de serviços, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações, as subvenções e outras, quando justificadas. A receita de capital em 2021 foi oriunda da alienação do veículo desse Conselho.



Execução orçamentária

A incorporação dos recursos financeiros, que são arrecadados no decorrer do exercício orçamentário, constitui como título financeiro para a delimitação da execução orçamentária. Tal ação é apoiada na Proposta Orçamentária e aprovada no exercício financeiro anterior, que delimita as atividades a serem executadas, buscando o implemento das exigências regulatórias para a profissão contábil em defesa da sociedade como um todo.

Nos quadros seguintes, pode-se observar o comportamento das receitas e despesas do CRCSE, comparativamente entre 2020 e 2021. Com a adoção de uma política conservadora, o CRC optou por subestimar as receitas de contribuição que poderiam ser arrecadadas em 2021, culminando em uma superação substancial, resultando em 19,04% (dezenove vírgula quatro por cento) comparadas ao exercício de 2020.

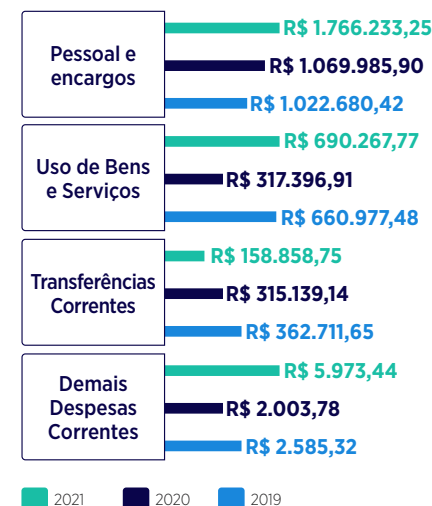
No seguimento das despesas, o modelo observado foi do aumento, perfazendo o percentual de 32,74% (trinta e dois vírgula setenta e quatro por cento), em sua maioria proveniente da realização da 2ª Convenção

Sergipana de Contabilidade.

Em 2021, 61,45% das despesas correntes foi destinado para despesas de pessoal, abrangendo gastos com programa de alimentação ao trabalhador, plano de saúde, plano odontológico, provisões de férias e os encargos patronais.

No item “Uso de bens e serviços” foram registrados serviços prestados para atender as atividades do CRC, no valor total de R\$ 690.267,77 (seiscentos e noventa mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos).

No grupo das despesas de capital observa-se uma redução de 21,68%. Essa redução foi proveniente de aquisições em equipamentos de TI. As transferências de recursos por subvenções foram decorrentes de repasses das Prestações de Contas da 1ª turma de Mestrado em Ciências Contábeis no estado de Sergipe e pelo repasse do CFC para pagar as indenizações com o PDV.



Receitas por grupo e elemento

RECEITAS CORRENTES						
Grupos de Receita	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Contribuições	1.455.916,67	1.711.132,13	17,53%	1.559.457,00	1.436.552,51	92,12%
Exploração de Bens e Serviços	40.440,16	65.817,79	62,75%	170.605,00	39.688,85	23,26%
Receitas Financeiras	118.532,87	170.327,83	43,70%	345.601,00	549.335,75	58,9%
Transferências	122.079,00	1.050.616,49	760,60%	0	0	0,00%
Outras Receitas Correntes	32.151,30	69.593,49	116,46%	55.509,00	23.232,71	41,85%
Receitas Correntes	1.769.120,00	3.279.545,23	99,34%	2.131.172,00	2.024.152,32	82,48%

RECEITAS DE CAPITAIS						
Grupos de Receita	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Alienação de Bens	0,00	24.657,50	100%	0,00	24.657,50	100%
Transferência de Capital	0,00	187.400,00	100%	0,00	0,00	0,00%
Receitas de Capital	0,00	212.057,50	100%	0,00	24.657,50	100%
TOTAL DAS RECEITAS	1.769.120,00	3.279.545,23	99,34%	2.131.172,00	2.048.809,82	77,11%

Despesas por grupo e elemento

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Despesas de Pessoal	1.766.233,25	1.069.985,90	1.766.233,25	1.069.985,90	1.753.797,06	1.050.859,00
Uso de Bens e Serviços	690.267,77	317.396,91	690.267,77	317.396,91	661.245,39	297.552,02
Financeiras	25.535,34	501.795,53	25.535,34	501.795,53	25.535,34	501.795,53
Transferência Correntes	158.858,75	2.003,78	158.858,75	2.003,78	158.858,75	2.003,78
Tributárias e contributivas	393.655,92	0	393.655,92	0	392.676,19	0
Outras Despesas Correntes	5.973,44	0	5.973,44	0	5.973,44	0
Despesas Correntes	3.040.524,47	1.891.182,12	3.040.524,47	1.891.182,12	2.998.086,17	1.852.210,33

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Investimentos	121.382,98	147.704,20	121.382,98	147.704,20	121.382,98	147.704,20
Despesas de Capital	121.382,98	147.704,20	121.382,98	147.704,20	121.382,98	147.704,20
Total das Despesas	3.161.907,45	2.038.886,32	3.161.907,45	2.038.886,32	3.119.469,15	1.999.914,53

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A Comissão Patrimonial do CRCSE, designada pela Portaria CRCSE nº 058/2021 é responsável pela gestão patrimonial do CRC e tem por objetivo suprir as demais unidades organizacionais de bens patrimoniais e materiais necessários e indispensáveis para a realização de suas atividades.

As atividades desenvolvidas são fundamentadas nos seguintes normativos:

- Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Instrução Normativa SEDAP/PR Nº 205, de 08 de abril de 1988;
- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e alterações;
- Instrução Normativa CGU Nº 04, de 21 de fevereiro de 2020;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Normas Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07, Ativo Imobilizado e NBC TSP 08 Ativo Intangível.

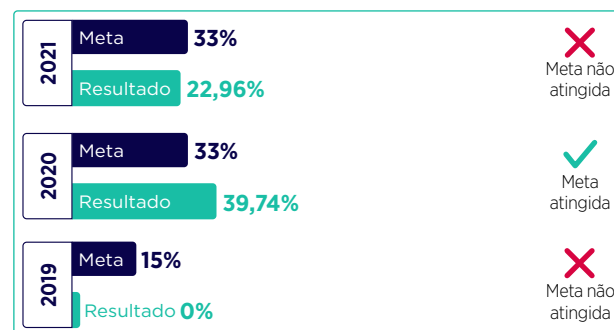
Principais investimentos de capital

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos n.º 12 (ampliar e integrar o uso de Tecnologia da Informação no Sistema CFC/ CRCs) e n.º 15 (assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs) da Resolução CFC nº 1.543/2018, no ano de 2021 foram investidos R\$ 121.382,98 (cento e vinte e um mil trezentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) para aquisição de bens como veículos, cadeiras, ar condicionado, licenças e notebooks, conforme a tabela:

Investimentos	
Veículos	71.657,50
Aquisição de Cadeiras e sofás	13.319,40
Arquisição de Ar Condicionado	13.433,18
Softwares e Licenças	6.855,00
Notebooks	16.117,90
TOTAL	121.382,98

Com as aquisições dos equipamentos de TI, tivemos como benefícios a maior garantia da integridade dos dados e das configurações, minimizando riscos de paralisação das atividades do Conselho. No que se refere à atualização da frota de veículos visamos oferecer maior segurança aos usuários e reduzir custo com manutenção corretiva.

Índice de Renovação do Parque de Informática



Quanto às aquisições de ativos de TI, busca-se a constante modernização do parque tecnológico visando assegurar a disponibilidade, continuidade, confidencialidade e integridade dos serviços prestados pelo CRC, bem como a redução dos riscos institucionais.

Apesar do planejamento realizado para a aquisição de equipamentos e licenças do Windows Server 2019, inclusive com a aquisição de notebooks não conseguimos alcançar o percentual do índice, em decorrência da alta do dólar, a previsão de aquisição dos equipamentos para modernização do parque de informática no exercício de 2021, por meio de ata de registro de preços, não conseguiu ser concretizada.

Manutenção preventiva e corretiva

Além disso, o CRC investiu R\$ 146.428,45 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos) na manutenção da infraestrutura com o objetivo de garantir a conservação do edifício.

Abaixo estão listados os principais contratos e os respectivos valores investidos em 2021, comparativamente ao ano anterior:

	2021	2020	Diferença %
Serviços de Limpeza	80.568,00	52.943,67	65%
Serviços de Segurança Predial	4.500,12	4.492,56	0,01%
Outros gastos(água, energia, seguros, manutenções)	61.360,33	48.876,33	25,54%

O serviço de limpeza teve um aumento percentual de 65% em relação a 2020 em razão da normalidade contratual, que em 2020 houve a suspensão parcial do contrato em 70%, em virtude da pandemia, já com outros gastos o aumento de 25,54% foi provocado pelo retorno do trabalho presencial.

Desfazimento de Ativos

Em 2021, instruiu-se processo de desfazimento de ativos, totalizando cerca de 13 itens entre cadeiras, ar condicionados, monitores e impressoras que se encontravam em situação inservível.

Ativo	QT	Valor Atual	Depreciação Acumulada	Saldo (valor baixado)
Móveis e utensílios, Máquinas e Equipamentos de Processamento de Dados	13	11.161,00	7.429,57	3.731,43

Locações de equipamentos

O CRCSE possui contrato de locação de 02 (duas) impressoras.

R\$ 3.871,44
2021

R\$ 3.655,22
2020

Principais desafios e ações futuras

A fim de aperfeiçoar a gestão patrimonial, o CFC lançará, em 2022, o Manual de Patrimônio, que abará os conceitos, definições e rotinas que envolvem a atividade desenvolvida pelo Patrimônio.

Em 2022 o CRCSE pretende realizar reforma predial para corrigir infiltrações, renovar a pintura, instalar equipamentos do sistema de combate a incêndio e demais ações preventivas/corretivas para conservação do edifício, visando oferecer maior segurança aos usuários do CRCSE.

Gestão de Custos

O Sistema CFC/CRCs realiza o monitoramento e controle da execução orçamentária com o auxílio do Sistema Plano de trabalho, que é uma ferramenta gerencial de direcionamento para a melhor forma de cumprir a missão e alcançar os objetivos definidos para o Sistema.

A execução está alinhada com os instrumentos de programação e controle de planejamento, possibilitando uma sincronia para que os objetivos sejam alcançados, à luz das normas e dos regulamentos pertinentes à gestão orçamentária e financeira.

Atualmente, o CRCSE não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos, no entanto controla os custos diretos que são alocados em 9 (nove) projetos e 33 (trinta e três) atividades, alinhados e vinculados a 14 objetivos estratégicos e 4 (quatro) programas de gestão.

Valores por Objetivos Estratégicos

R\$	
Objetivo Estratégico	Liquidado
Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas	5.604,62
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	16.800,00
Firmar parcerias estratégicas	0
Atuar como fator de proteção da sociedade	962,00
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs	1.009,80
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	443.342,82
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	0
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	304.834,64
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da ciência contábil	0
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs	530,00
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs	85.118,77
Atrair e reter talentos	1.800.873,49
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional, formar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	223.673,94
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logísticos às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	279.157,37
Total	3.161.907,45

Balanço Patrimonial (BP)

R\$

ATIVO	NE	2021	2020
Ativo Circulante		1.134.288,42	1.257.001,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	639.617,51	524.395,61
Créditos de Curto Prazo	02	463.341,43	664.943,18
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	03	24.436,40	66.495,28
Estoques	04	5.362,14	0,00
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	05	1.530,94	1.167,70
Ativo Não Circulante		2.512.033,09	2.512.024,15
Ativo Realizável a Longo Prazo	02	80.645,56	56.169,05
Investimentos, Imobilizado e Intangível	06	2.431.387,53	2.455.855,10
Total do Ativo		3.646.321,51	3.769.025,92

PASSIVO	NE	2021	2020
Passivo Circulante	07	266.502,92	306.740,53
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		12.436,19	19.126,90
Obrigações de Curto Prazo		40.656,08	31.867,44
Demais Obrigações de Curto Prazo		10.873,66	10.485,78
Provisões de Curto Prazo	08	201.952,90	245.196,62
Valores de Terceiros e/ou Restituíveis	09	584,09	63,79
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Total do Passivo		266.502,92	306.740,53
Patrimônio Líquido	10	3.379.818,59	3.462.285,39
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		3.646.321,51	3.462.285,39

Quadro dos Ativos e dos Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n.º 4.320/1964)			
Ativo Financeiro	11	665.584,85	592.058,59
Ativo Permanente		2.980.736,66	3.176.967,33
Saldo Patrimonial			

Passivo Financeiro	11	157.705,52	162.518,08
Passivo Permanente		108.797,40	144.222,45
		3.379.818,59	3.462.285,39

Quadro das Contas de Compensação (Lei n.º 4.320/1964)			
Atos Potenciais Ativos	12	55.634,20	55.634,20

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12	95.744,73	176.028,48
--------------------------	----	-----------	------------

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2021	2020
Contribuições		1.969.935,88	1.951.027,49
Exploração de bens e serviços		114.330,83	75.905,95
Financeiras		1.054.519,67	595.971,44
Transferências		1.194.432,10	491.836,33
Valorização e Ganhos com Ativos		6.902,00	6.004,25
Outras variações patrimoniais aumentativas		1.463.401,90	575.395,54
Total		5.803.522,38	3.696.141,00
Variações Patrimoniais Diminutivas		2021	2020
Pessoal e encargos		1.766.233,25	1.069.985,90
Uso de bens e serviços		806.012,93	428.821,96
Financeiras		79.426,57	39.776,61
Transferências		158.858,75	157.883,15
Tributárias e contributivas		358.230,87	366.470,50
Desvalorização e perda de ativos		2.644.889,03	1.402.753,11
Outras variações patrimoniais diminutivas		72.337,78	68.804,35
TOTAL		5.885.989,18	3.534.495,58
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	13	-82.466,80	161.645,42

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$

Descrição	2021	2020
Incorporação de Ativos	121.382,98	147.704,20
Investimentos	121.382,98	147.704,20
Desincorporação de Ativos	24.657,50	24.657,50
Alienações de Bens	24.657,50	24.657,50

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$

Descrição	2021	2020
Saldo Inicial do Exercício	3.462.285,39	3.300.639,97
Resultado do Exercício	-82.466,80	161.645,42
Saldo Final do Exercício	18	3.379.818,59
		3.462.285,39

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCSE nos exercícios de 2021 e 2020, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se o decréscimo de 151,02% do resultado patrimonial em comparação a 2020.

Resultado Patrimonial

2021 R\$ -82.466,80

2020 R\$ 161.645,42

Balanço Financeiro (BF)

R\$

Ingressos	NE	2021	2020
Receita Orçamentária		3.279.545,23	2.048.809,82
Receitas Correntes		3.067.487,73	2.024.152,32
Receitas de Capital		212.057,50	24.657,50
Recebimentos Extraorçamentários		3.474.786,44	2.305.819,26
Disponível do Exercício anterior		524.395,61	522.609,72
Dispêndios	NE	2021	2020
Despesa Orçamentária		3.161.907,45	2.038.886,32
Despesas Correntes		3.040.524,47	1.891.182,12
Despesas de Capital		121.382,98	147.704,20
Pagamentos Extraorçamentários		3.477.202,32	2.313.956,27
Disponível para o Exercício seguinte	14	639.617,51	524.395,61
TOTAL		7.278.727,28	4.877.238,80

Balanço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

R\$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES	1.769.120,00	2.912.552,42	3.067.487,73	-154.935,31
Contribuições	1.455.916,67	1.635.733,09	1.711.132,13	-75.399,04
Exploração de bens e serviços	40.440,16	40.440,16	65.817,79	-25.377,63
Financeiras	118.532,87	126.532,87	170.327,83	-43.794,96
Transferências	122.079,00	1.068.474,35	1.050.616,49	17.857,86
Outras receitas correntes	32.151,30	41.371,95	69.593,49	-28.221,54
Receita de Capital	0,00	157.457,50	212.057,50	-54.600,00
Alienações de bens	0,00	0,00	24.657,50	-24.657,50
Transferências de capital	0,00	157.457,50	187.400,00	-29.942,50
Total das Receitas	1.769.120,00	3.070.009,92	3.279.545,23	-209.535,31

As receitas do Conselho são constituídas de 80% da anuidade paga pelos contabilistas, as receitas patrimoniais, receitas de serviços, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações, as subvenções e outras, quando justificadas

Superávit Orçamentário

2021 R\$ 117.637,78

2020 R\$ 9.943,50

Despesas orçamentárias

R\$

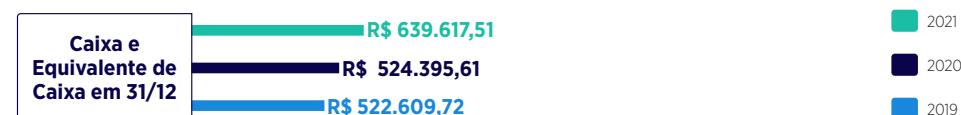
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		1.767.620,00	1.372.780,16	3.140.400,16	3.040.524,47	3.040.524,47	2.998.086,17	99.875,69
Pessoal e encargos		993.737,48	785.491,00	1.779.228,48	1.766.233,25	1.766.233,25	1.753.797,06	12.995,23
Uso de bens e serviços		405.820,52	345.287,72	751.108,24	690.267,77	690.267,77	661.245,39	60.840,47
Financeiras		38.300,00	-8.638,73	29.661,27	25.535,34	25.535,34	25.535,34	4.125,93
Transferência Correntes		100,00	158.858,75	158.958,75	158.858,75	158.858,75	158.858,75	25.535,34
Tributárias e contributivas		326.400,00	83.150,00	409.550,00	393.655,92	393.655,92	392.676,19	15.894,08
Outras despesas correntes		3.262,00	8.631,42	11.893,42	5.973,44	5.973,44	5.973,44	5.919,98
Despesa de Capital		1.500,00	159.592,41	161.092,41	121.382,98	121.382,98	121.382,98	39.709,43
Investimentos		1.500,00	159.592,41	161.092,41	121.382,98	121.382,98	121.382,98	39.709,43
Subtotal		1.769.120,00	1.532.372,57	3.301.492,57	3.161.907,45	3.161.907,45	3.119.469,15	139.585,12
Superávit	15					117.637,78		
Total das Despesas		1.769.120,00	1.532.372,57	3.301.492,57	3.161.907,45	3.161.907,45	3.119.469,15	139.585,12

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Descrição	2021	2020
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	3.254.887,73	2.024.152,32
RECEITAS	3.254.887,73	2.024.152,32
Receita de Contribuições	1.711.132,13	1.436.552,51
Exploração de Bens e Serviços	65.817,79	39.688,85
Receitas Financeiras	170.327,83	97.101,92
Transferências (Subvenções e auxílios)	1.238.016,49	427.576,33
Outras Receitas	69.593,49	23.232,71
Desembolsos	3.042.940,35	1.899.319,73
Pessoal, Encargos e Benefícios	1.7181.342,63	1.068.272,20
Uso de Bens e Serviços	705.525,34	356.916,54
Despesas Financeiras	0,00	0,00
Despesas Tributárias e Contributivas	391.760,49	314.223,44
Transferências (Subvenções + Auxílios)	158.858,75	157,88
Outras Despesas	5.453,14	2.024,40
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	211.947,38	124.832,59
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	24.657,50	24.657,50
Alienação de Bens	24.657,50	24.657,50
Desembolsos	121.382,98	147.704,20
Aquisição de Ativo Não Circulante	121.382,98	147.704,20
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(96.725,48)	(123.046,70)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	115.221,90	1.785,89
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	524.395,61	522.609,72
Caixa e Equivalente de Caixa Final	639.617,51	524.395,61

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Regional em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.



Restos a Pagar Processados (RPP)

Restos a Pagar Processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas correntes + capital	16	46.016,90	50.399,11	46.016,90	0,00	50.399,11

Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), localizado na Av. Mário Jorge Menezes Vieira, 3.140, Aracaju/SE, foi criado conforme Decreto-Lei nº 9.295 de 1946, publicado no Diário Oficial da União de 28/5/1946, alterado pela Lei nº 12.249/10, tendo como principais finalidades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, e a promoção da educação continuada.

Dotado de personalidade jurídica e funciona como Autarquia Federal Especial, que presta serviço público e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.612/2021, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. O CRCSE tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC nº 528/2019.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC nº 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI nº 29/2021.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2021 são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço

Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e tem por função evidenciar os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRC fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a. Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI nº 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota nº 2.
- b. Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicio-

nais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No exercício de 2021 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI nº 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08.

- c. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa de nº 8.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Além disso, a fim de atender à Lei nº 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do CRCSE em 31 de dezembro de 2020 e 2021 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

1- Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

Caixa e Equivalente de Caixa

R\$

Descrição – CFC	2021	2020
Bancos Conta Movimento	5.656,30	12.714,30
Bancos Aplicação Financeira	633.961,21	482.136,25
Disponível para Aplicação Vinculada	0,00	29.545,06
Total	639.617,51	524.395,61

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), em títulos lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

1. Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946: Ressalta-se que não há registro de ajuste para perdas, inscrição em dívida ativa e prescrição de créditos entre CFC e CRCs. Os CRCs realizam a cobrança, o controle da dívida ativa, os ajustes de perdas e a prescrição em relação aos profissionais da contabilidade.

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;
- b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,
- c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.
- d) doações e legados;
- e) subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2021, um montante de:

Descrição	Ativo Circulante	
	2021	2020
Créditos do exercício	583.398,14	551.332,80
Créditos de exercícios anteriores	898.333,04	1.345.083,12
Parcelamento débitos	173.059,64	320.061,33
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.191.449,39	-1.551.534,07
Total	463.341,43	664.943,18
	Ativo não Circulante	
	2021	2020
Parcelamento débitos	485.381,42	177.469,93
Créditos de exercícios anteriores não executados	2.841.288,09	2.260.069,93
Dívida Ativa Executada	705.608,33	370.912,66
(-) Perda Estimada de Créditos	-3.951.632,28	-2.752.283,47
Total	80.645,56	56.169,05

Nota Explicativa 3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos pessoais e valores a receber de entes públicos

Demais Créditos e Valores

R\$

Descrição	2021	2020
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	840,00	240,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	12,95	1.445,28
Demais Créditos com Vinculação	23.033,45	64.260,00
Outros Créditos e Valores a Recuperar	550,00	550,00
Total	24.436,40	66.495,28

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos ao adiantamento de auxílio transporte ao estagiário a ser descontado na folha de pagamento do mês de janeiro/2022.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Valor proveniente da falta de retenção do ISS sobre fatura da Discar;

Demais Créditos com Vinculação

Valor que será reembolsado pelo CFC como auxílio proveniente do Projeto para Renovação do Parque de Informática do Regional e pelo crédito na compra de passagem com a empresa SERGITUR

Outros Créditos e Valores a Recuperar

Valor relativo às inscrições em cursos feitas por Nota de Empenho e estão para serem finalizadas

Nota Explicativa 4

Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCSE, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, material de copa e cozinha, gêneros de alimentação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Materiais de Consumo

Descrição	2021
Materiais de Expediente	1.602,13
Material de Copa e Cozinha	139,10
Gêneros de Alimentação	97,91
Materiais de Distribuição Gratuita	2.665,00
Outros Materiais de Consumo	858,00
Total	5.362,14

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2021 e os ajustes necessários à sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Os valores apresentados compreendem os pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte. Em 2021 o CRCSE firmou contrato com a Seguradora Porto Seguro, referente ao seguro da frota oficial dos veículos do Conselho e do Edifício Sede. A rubrica Assinaturas representa assinaturas com o Boletim da COAD.

VPD Antecipada

R\$

Descrição	2021	2020
Seguros	1026,04	870,13
Assinaturas	504,9	297,57
Total	1.530,94	1.167,70

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 6

Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram o imobilizado e intangível estão assim distribuídos:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente.

A comissão nomeada, por meio da Portaria CRCSE nº 058/2021 de 15/06/2021- Comissão para o levantamento dos bens móveis apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados. Os saldos das contas do imobilizado, em 31 de dezembro de 2021, são:

Móveis e Imóveis							R\$
DESCRIÇÃO	Saldo 31.12.2020	Aquisições		Baixas		Saldo 31.12.2021	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorporações	Alienação	Desincorporação		
Móveis e Utensílios	276.942,50	13.319,40	0	0,00	2.111,00	288.150,90	-111.164,29
Máquinas Equipamentos	103.673,08	13.433,18	0	0,00	11.161,00	105.945,26	-39.784,13
Instalações	80.913,24	0,00	0	0,00	0	80.913,24	-20.820,97
Utensílios de copa e cozinha	1.180,20	0,00	0	0,00	0	1.180,20	-866,32
Veículos	115.960,00	71.657,50	0	0,00	39.900,00	147.717,50	-11.682,27
Equipamentos processamento de dados	131.293,74	16.117,90	0	0,00	2.169,00	145.242,64	-41.759,16
Biblioteca	562,70	0,00	0	0,00	0	562,70	-468,42
Museu e Obras de Arte	464,00	0,00	0	0,00	0	464,00	-348,00
Sede	1.669.707,32	0,00	0	0,00	0	1.669.707,32	-338.160,84
Terrenos	545.000,00	0,00	0	0,00	0	545.000,00	0,00
Total	2.925.696,78	114.527,98	0,00	0,00	55.341,00	2.984.883,76	-565.054,40

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

A movimentação no grupo Veículos foi decorrente da alienação de 01 veículo, de uso da fiscalização, em função da vida útil desses bens (que é de 5 anos) ter esgotado. Procedeu-se a aquisição de 02 novos veículos,

conforme Pregão Eletrônico n.º 001/2020, sendo que um dos veículo foi entregue em 2020 e o outro só recebemos em 2021.

No mês de dezembro de 2021 o CRC realizou baixas de bens do imobilizado. As baixas ocorreram pois, os bens encontravam-se em situação inservíveis, conforme relatório apresentado pela Comissão de Avaliação e Destinação de Bens Inservíveis, criada através das Portarias CRCSE nº 058/21

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 do CFC.

A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)	25	10%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	-
Museu e Obras de Arte	-	-

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7

O item “Biblioteca” não foi depreciado até o exercício de 2021, o sistema próprio atual de informática para controle dos livros, não permite o lançamento de vida útil. No entanto, o controle anual de perdas, baixas, transferências e doações do acervo bibliográfico é realizado.

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

No exercício de 2021 foram adquiridas 02 licenças do Windows Server 2019, no valor de R\$ 6.855,00

Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

Nota Explicativa 7

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações, as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias/Fornecedores R\$		
Descrição	2021	2020
Obrig. Trab. e Encargos Sociais a Pagar	12.436,19	19.126,90
Obrigações fiscais de curto prazo	1.363,47	2.598,89
Depósitos Consignáveis	10.327,03	9.423,66
Fornecedores	28.965,58	19.844,49
Total	53.092,27	50.984,94

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

Contas a Pagar/Transferências Legais e outras Obrigações R\$		
Descrição	2021	2020
Créditos de terceiros	56,80	0,00
Transferências Legais	8.940,54	7.045,11
Outras Obrigações	1.876,32	3.440,67
Total	10.873,66	10.485,78

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Corresponde às obrigações contidas nos grupos de Créditos de terceiros, Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Nota Explicativa 8

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”, bem como as provisões de repasse da cota parte.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal:

Provisões de Férias

R\$

Títulos	2021	2020
Provisão de Férias	69.360,87	75.056,25
Encargos Sociais	23.794,63	25.917,92
Total	93.155,50	100.974,17

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 13/12/2021.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRC. O Conselho possui processo avaliado como de risco de possível perda e que não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstram-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Descrição	2021		2020	
Processos Cíveis	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Possível	1	8.000,00	02	20.724,00
Remota	0	0,00	02	11.448,00
Total		8.000,00		32.172,00

Provisão da Cota Parte

A cota parte refere-se a 20% da receita bruta do Conselho Regional de Sergipe que deverá ser repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, excetuando doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946.

O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD).

Descrição	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão de Cota
Créditos a Receber - CP	463.341,43	92.668,29
Créditos a Receber - LP	80.645,56	16.129,11
Total	543.986,99	108.797,40

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 9

Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

Os saldos referentes a esses valores são compostos por Honorários de Sucumbência, no valor de R\$ 584,09 que será repassado ao responsável, na folha do mês de janeiro de 2022.

Nota Explicativa 10

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de

exercícios anteriores. O quadro abaixo evidencia o Patrimônio Líquido do CRC.

Descrição	Patrimônio líquido	
	2021	2020
Resultado do Exercício	-82.466,80	161.645,42
Resultado Acumulado de Exercícios Anteriores	3.462.285,39	3.300.639,97
Total	3.379.818,59	3.462.285,39

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

Nota Explicativa 11

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC e do CRC. No exercício foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 507.879,33, decorrente da política de contenção de gastos aplicado pela gestão.

Resultado Financeiro

R\$

Resultado Financeiro	2021	2020
Ativo Financeiro	665.584,85	592.058,59
(-) Passivo Financeiro	157.705,52	162.518,08
Superávit	507.879,33	429.540,51

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Contas de Compensação

Nota Explicativa 12

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCSE mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Nesse grupo estão evidenciados a apólice que trata da caução pela Empresa Terra Empreendimentos – responsável pela construção do auditório e reforma da sede- e contratos administrativos para a manutenção e assessoramento do Regional como é o caso da Multserv, SPW e outros.

R\$		
Descrição	2021	2020
Atos Potenciais Ativos	55.634,20	55.634,20
Total	55.634,20	55.634,20
Atos Potenciais Passivos	95.744,73	176.028,48
Total	95.744,73	176.028,48

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP

Nota Explicativa 13

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit ou déficit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

No exercício financeiro de 2021 ocorreu um Déficit Patrimonial de R\$ 82.466,80 (oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), diferente do que ocorreu no exercício financeiro de 2020, onde tivemos Superávit Patrimonial de R\$ 161.645,42 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais, quarenta e dois centavos), ocorrendo

uma redução no Resultado Patrimonial de 151,02% de 2020 para 2021. Dentre os fatores que ocasionaram esse Déficit, podemos enumerar como principais:

- A Desvalorização e Perda de Ativos no ano de 2021, que totalizou R\$ 2.644.889,03 (dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e três centavos), principalmente com os Ajustes para Perdas de Créditos e Perdas por Prescrição – Decisões Judiciais ou Deliberações, que representaram um crescimento de 88,55% em relação ao ano de 2020;
- O aumento das Despesas de Uso de Bens e Serviços em 2021, que em comparação a 2020, foi acrescido de 87,96%, e ratificando essa informação, o nosso Indicador 14 do SGI – Índice de Custos com a Estrutura, que estávamos com uma meta de 30%, alcançamos um percentual de 42,41%, ou seja, um percentual acima do previsto, que ocorreu principalmente em virtude da nossa 2ª Convenção Sergipana de Contabilidade realizada no mês de novembro de 2021. Esse aumento percentual decorreu do acréscimo das despesas com Instrutores, Diárias e Passagens com Colaboradores, Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos e Serviço de Copa e Cozinha. Onde ressaltamos, que no ano de 2020 só tivemos eventos presenciais até março de 2020, em decorrência da pandemia pelo vírus da COVID – 19, retornando nossas atividades de forma presencial no Desenvolvimento Profissional apenas no segundo semestre de 2021, e apesar de termos feito o Plano Anual de Contratações – PAC com a inclusão da Convenção, percebemos posteriormente que os preços vinculados aos eventos aumentaram de forma exorbitante se comparados com o nosso último evento (março/2020), não à toa que a inflação ao final do ano ficou em 10,16%;
- Apesar da ampliação das nossas Receitas Financeiras, das Transferências e da Reversão de Provisão e Ajuste de Perdas, nos percentuais de 76,94%, 142,85% e 173,02%, respectivamente, estes aumentos em valores monetários não foram suficientes para superar o crescimento na Desvalorização e Perda de Ativos, e das Despesas de Uso de Bens e Serviços.

R\$

Resultado Patrimonial	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.803.522,38	3.696.141,00
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	5.885.989,18	3.534.495,58
Superávit	-82.466,80	161.645,42

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2021	2020
Ativo Financeiro	665.584,85	592.058,59
Ativo Permanente	2.980.736,66	3.176.967,33
ATIVO (I)	3.646.321,51	3.769.025,92
Passivo Financeiro	157.705,52	162.518,08
Passivo Permanente	108.797,40	144.222,45
PASSIVO (II)	266.502,92	306.740,53
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	3.379.818,59	3.462.285,39

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021.

Nota Explicativa 14

Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. Em 2021 o saldo financeiro foi de R\$ 639.617,51 (seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos).

Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, de-

correntes de erros, dentre outros.

Nota Explicativa 15

Balanço Orçamentário (BO)

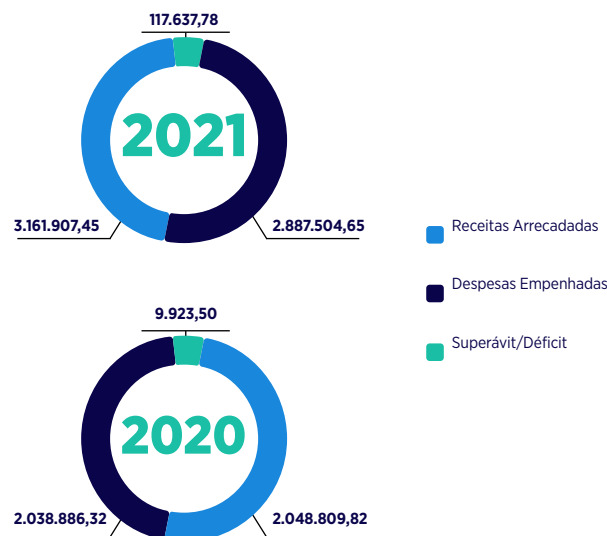
O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCSE para o exercício de 2021 foi aprovado por meio da Resolução nº 551/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Estado de Sergipe, em 28 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 1.769.120,00 e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se do Superávit Financeiro o valor de R\$ 231.482,65 e pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.300.889,92, cuja fonte foi o apoio financeiro concedido pelo Conselho Federal de Contabilidade no valor de R\$ 1.103.852,85 e pela diferença acumulada mês a mês, entre a receita prevista e a realizada no valor de R\$ 197.037,07, totalizando o montante de R\$ 3.301.492,57.

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 117.637,78, que aumentou em 1.185,45% comparando com o exercício de 2020, cujo Superávit foi de R\$ 9.923,50.



Nota Explicativa 16

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. Até o dia 31 de dezembro, totalizou R\$ 50,399,11 (cinquenta mil trezentos e noventa e nove reais e onze centavos), existindo suporte financeiro suficiente ao final do exercício para quitá-los no ano seguinte.

Nota Explicativa 17

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

O demonstrativo deverá evidenciar as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos.

Ao final do exercício obtivemos uma Geração Líquida de Caixa R\$ 115.221,90, bem superior ao que ocorreu no exercício de 2020, que foi de apenas R\$ 1.785,89, representando um aumento em termos percentuais de 6.451,79%.

Nota Explicativa 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

Em razão no nosso Déficit Patrimonial de R\$ 82.466,80 ao final do exercício, o nosso Patrimônio Líquido reduziu 2,38%, passando de R\$ 3.462.285,39 para R\$ 3.379.818,59.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2021.

Contador **Vanderson da Silva Mélo**
Presidente CRCSE

Contadora **Simone Alves de Souza Santana**
Contadora CRCSE nº 4736/O